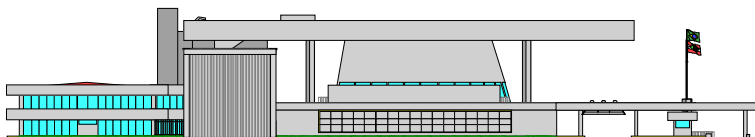


PALÁCIO BARRIGA VERDE



# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXII

FLORIANÓPOLIS, 13 DE MARÇO DE 2013

NÚMERO 6.523

**MESA**

Joares Ponticelli  
**PRESIDENTE**

Romildo Titon  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Pe. Pedro Baldissera  
**2º VICE-PRESIDENTE**

Kennedy Nunes  
**1º SECRETÁRIO**

Nilson Gonçalves  
**2º SECRETÁRIO**

Manoel Mota  
**3º SECRETÁRIO**

Jailson Lima  
**4ª SECRETÁRIA**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**  
Edison Andrino

**PARTIDOS POLÍTICOS**  
(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA**  
Líder: Valmir Comin

**PARTIDO DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**  
Líder: Carlos Chiodini

**PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO**  
Líder: Darci de Matos

**PARTIDO DOS TRABALHADORES**  
Líder: Ana Paula Lima

**PARTIDO DA SOCIAL  
DEMOCRACIA BRASILEIRA**  
Líder: Dóia Guglielmi

**PARTIDO TRABALHISTA  
BRASILEIRO**  
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL**  
Líder: Angela Albino

**PARTIDO POPULAR SOCIALISTA**  
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO  
TRABALHISTA**  
Líder: Sargento Amauri Soares

**COMISSÕES PERMANENTES**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO  
E JUSTIÇA**

Mauro de Nadal - Presidente  
Silvio Dreveck - Vice-Presidente  
José Nei A. Ascari  
Jean Kuhlmann  
Ana Paula Lima  
Dirceu Dresch  
Serafim Venzon  
Narcizo Parisotto  
Edison Andrino

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E  
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Darci de Matos  
Reno Caramori  
Volnei Morastoni  
Carlos Chiodini  
Aldo Schneider  
Marcos Vieira  
Sargento Amauri Soares

**COMISSÃO DE PESCA E  
AQUICULTURA**

Dirceu Dresch - Presidente  
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente  
Edison Andrino  
Moacir Sopelsa  
Reno Caramori  
Dóia Guglielmi  
Sargento Amauri Soares

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E  
POLÍTICA RURAL**

Narcizo Parisotto  
José Nei A. Ascari  
José Milton Scheffer  
Dirceu Dresch  
Moacir Sopelsa  
Mauro de Nadal  
Dóia Guglielmi

**COMISSÃO DE TRABALHO,  
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO  
PÚBLICO**

Angela Albino  
Ciro Roza  
Silvio Dreveck  
Dirceu Dresch  
Aldo Schneider  
Mauro de Nadal  
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE DEFESA DOS  
DIREITOS DA PESSOA COM  
DEFICIÊNCIA**

José Nei A. Ascari - Presidente  
José Milton Scheffer - Vice-Presidente  
Altair Guidi  
Luciane Carminatti  
Dirce Heiderscheidt  
Antonio Aguiar  
Serafim Venzon

**COMISSÃO DE FINANÇAS E  
TRIBUTAÇÃO**

Angela Albino  
Marcos Vieira  
Gilmar Knaesel  
Valmir Comin  
Neodi Saretta  
Luciane Carminatti  
Aldo Schneider  
Antonio Aguiar  
Darci de Matos

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Maurício Eskudlark - Presidente  
Carlos Chiodini - Vice-Presidente  
Sargento Amauri Soares  
Reno Caramori  
Ana Paula Lima  
Antonio Aguiar  
**Marcos Vieira**

**COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA,  
TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA**

José Milton Scheffer - Presidente  
Gelson Merisio  
Angela Albino  
Dirceu Dresch  
Carlos Chiodini  
Moacir Sopelsa  
Dado Cherem

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO  
AMBIENTE**

Altair Guidi  
Ciro Roza  
Valmir Comin  
Neodi Saretta  
Dirce Heiderscheidt  
Edison Andrino  
Dado Cherem

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO  
PARLAMENTAR**

Narcizo Parisotto  
Jorge Teixeira  
Gelson Merisio  
Valmir Comin  
Luciane Carminatti  
Volnei Morastoni  
Moacir Sopelsa  
Antonio Aguiar  
Dóia Guglielmi

**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS  
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Ismael dos Santos  
Valmir Comin  
Volnei Morastoni  
Dirce Heiderscheidt  
Carlos Chiodini  
Serafim Venzon  
Narcizo Parisotto

**COMISSÃO DE DIREITOS E  
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE  
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**

Dirce Heiderscheidt - Presidente  
Luciane Carminatti - Vice-Presidente  
Jorge Teixeira  
Angela Albino  
Antonio Aguiar  
Gilmar Knaesel  
José Milton Scheffer

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA  
E DESPORTO**

Antonio Aguiar - Presidente  
Luciane Carminatti - Vice-Presidente  
Silvio Dreveck  
Ismael dos Santos  
Sargento Amauri Soares  
Carlos Chiodini  
Dado Cherem

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO  
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO  
MERCOSUL**

Altair Guidi - Presidente  
Neodi Saretta - Vice-Presidente  
Silvio Dreveck  
Aldo Schneider  
Edison Andrino  
Dado Cherem  
Maurício Eskudlark

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
PARTICIPATIVA**


Angela Albino  
Jean Kuhlmann  
Reno Caramori  
Volnei Morastoni  
Edison Andrino  
Dirce Heiderscheidt  
Gilmar Knaesel

**COMISSÃO DE SAÚDE**

Sargento Amauri Soares  
Jorge Teixeira  
José Milton Scheffer  
Volnei Morastoni  
Antonio Aguiar  
Mauro de Nadal  
Serafim Venzon

**COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL**

Jean Kuhlmann - Presidente  
Aldo Schneider - Vice-Presidente  
Silvio Dreveck  
Ana Paula Lima  
Mauro de Nadal  
Altair Guidi  
Gilmar Knaesel

<p><b>DIRETORIA LEGISLATIVA</b></p> <p><b>Coordenadoria de Publicação:</b> Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Carlos Augusto de Carvalho Bezerra</p> <p><b>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:</b> Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora em exercício: Nadia Regina Pereira</p> <p><b>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</b></p> <p><b>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:</b> Responsável pela impressão. Coordenador: Francisco Carlos Fernandes Pacheco</p>	<p><b>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</b></p> <hr/> <p><b>EXPEDIENTE</b></p> <hr/>  <p><b>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina</b> <b>Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves</b> <b>Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC</b> <b>CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500</b> <b>Internet: <a href="http://www.alesc.sc.gov.br">www.alesc.sc.gov.br</a></b></p> <p><b>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXII</b> <b>NESTA EDIÇÃO: 20 PÁGINAS</b> <b>TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</b></p>	<p><b>ÍNDICE</b></p> <p><b>Plenário</b> Ata da 003ª Sessão Especial realizada em 04/03/2013.....2 Ata da 011ª Sessão Ordinária realizada em 05/03/2013.....7</p> <p><b>Atos da Mesa</b> Ato da Mesa DL ..... 16 Atos da Mesa ..... 16</p> <p><b>Publicações Diversas</b> Atas de Comissões Permanentes ..... 16 Aviso de Resultado ..... 17 Portarias ..... 17 Projetos de Lei ..... 18 Projeto de Lei Complementar ..... 20</p>
---	--	--

## P L E N Á R I O

# ATA DA 003ª SESSÃO ESPECIAL

## DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 04 DE MARÇO DE 2013

### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

### EM COMEMORAÇÃO À CAMPANHA DA FRATERNIDADE 2013

#### Sumário

**DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA** - Registra a necessidade de reflexão da comunidade cristã em todo o país.

**DEPUTADO NEODI SARETTA** - Reporta-se à Jornada Mundial da Juventude.

**FELIPE CANDIN** - Apresenta a Carta da Juventude.

**UILIAN PIZZOLATO DALPIAZ** - Comenta a triste realidade vivida pelo jovem atualmente.

**DOM WILSON TADEU JÖNCK** - Aborda a Jornada Mundial da Juventude.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Convido o eminente deputado Neodi Saretta para recepcionar as seguintes autoridades que irão compor a mesa:

Excelentíssimo reverendíssimo arcebispo metropolitano de Florianópolis, dom Wilson Tadeu Jönck;

Excelentíssimo senhor segundo vice-presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e requerente da presente sessão, deputado Padre Pedro Baldissera;

Excelentíssimo bispo da diocese de Tubarão, da minha diocese, dom João Francisco Salm;

Senhor secretário Regional da Pastoral da Juventude de Santa Catarina, Uilian Pizzoloto Dalpiaz;

Excelentíssimo Padre Revelino Saidler, coordenador arquidiocesano da pastoral;

Excelentíssimo senhor deputado Neodi Saretta;

Excelentíssimas autoridades, srs. deputados, senhoras e senhores.

A presente sessão foi convocada por solicitação do senhor deputado Padre Pedro Baldissera, segundo vice-presidente desta Casa, e aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares, alusiva à campanha da fraternidade de 2013 com o tema *Fraternidade e Juventude*.

Neste momento, teremos a interpretação do Hino Nacional pelo coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

Esta Presidência registra a presença das seguintes autoridades:

Senhora Jaqueline Arantes, educadora popular da Rede de Educação Cidadã de Santa Catarina;

Reverendíssimo Padre Mário Sündermann, diretor do Colégio Catarinense;

Reverendíssimo senhor Valdemar Groh, capelão da Polícia Militar;

Senhora Marilda de Souza Velho, coordenadora estadual da Pastoral da Saúde da Regional Sul 4;

Senhor Ademir Freitas, secretário executivo da Confederação dos Bispos do Brasil, Regional Sul 4;

Senhora Leda Cassol Vendruscolo, secretária da Pastoral Arquidiocesana;

Senhor Felipe Candin, coordenador arquidiocesano do Setor da Juventude;

Senhora Osvaldina Zucco Weber, coordenadora estadual da Pastoral da Pessoa Idosa;

Reverendíssimo padre Roque, secretário estadual da Caritas em Santa Catarina;

Senhor diácono João Flávio Vesdrúscolo, coordenador arquidiocesano da Pastoral do Dízimo;

Senhor Guilherme Pontes, coordenador municipal da Juventude, neste ato representando o excelentíssimo senhor prefeito de Florianópolis, Cesar Souza Júnior;

Excelentíssimo senhor Lédio Coelho, secretário da Assistência Social, neste ato representando a excelentíssima senhora prefeita no município de São José, Adeliara Dal Pont;

Senhor Hiran Aparecido de Almeida, superintendente regional de governo do Banco do Brasil;

Senhor Hermes Tomedi, superintendente do Sesi, neste ato representando o presidente da Federação das Indústrias de Santa Catarina - Fiesc -, senhor Glaucio José Côrte;

Senhor Manoel Timóteo de Oliveira, diretor de promoção da Associação Catarinense de Imprensa, neste ato representando o senhor presidente, Ademir Arnon;

Tenente-coronel Marco Aurélio, neste ato representando o comandante da Polícia Militar de Santa Catarina, coronel Nazareno Marcineiro;

Tenente Francine Vilma de Oliveira Granato, neste ato representando o coronel da Base Aérea de Florianópolis, Klaus Kilian Hardt;

Senhor Derique Hohn, presidente da União Catarinense de Estudantes;

Senhor Alexandre Alves Pereira, capelão da Escola de Aprendizes Marinheiros de Santa Catarina;

Registramos, ainda, e agradecemos a presença das representações das dioceses de: Blumenau, Lages, Chapecó, Joinville, Caçador, Criciúma, Tubarão, Rio do Sul e Joaçaba.

Neste momento teremos a apresentação de vídeo sobre a Campanha da Fraternidade 2013.

(Pausa)

Vamos antecipar o discurso do proponente desta sessão especial, deputado Padre Pedro Baldissera, e, na sequência, após o técnico tomar as providências, vamos apresentar o vídeo.

Concedo a palavra, neste momento, ao proponente desta sessão, o nosso vice-presidente, deputado Padre Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Saúdo, inicialmente, o presidente desta Casa, deputado Joares Ponticelli; o excelentíssimo reverendíssimo arcebispo metropolitano de Florianópolis, dom Wilson Tadeu Jönck; o excelentíssimo sr. bispo da diocese de Tubarão, dom

João Francisco Salm; o sr. secretário regional da Pastoral da Juventude de Santa Catarina, Uilian Pizzoloto Dalpiaz; o meu colega deputado Neodi Saretta; e o padre Revelino Saidler, coordenador arquidiocesano da Pastoral.

Ao saudá-los, gostaria de estender a minha saudação a todos os religiosos, às religiosas e aos estudantes que se estão preparando para o ministério sacerdotal e, ao mesmo tempo também, às estudantes que se preparam para o campo religioso nas diferentes instituições, aos padres e às lideranças que aqui estão presentes. E, especialmente, não poderia deixar de fazê-lo aos nossos coordenadores da Pastoral da Juventude e às caravanas de juventude que vieram de todas as nossas Dioceses de Santa Catarina.

(Passa a ler.)

“Neste ano, pela segunda vez desde que iniciou a Campanha da Fraternidade, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil apresenta a temática da juventude para debates e reflexões da comunidade cristã em todo o país. Além de oportuno na conjuntura social brasileira, também é salutar o debate envolvendo os jovens dentro da própria igreja. Isso porque, nas últimas décadas, em especial nesses primeiros anos do novo século, enfrentamos um processo de perda gradativa de valores humanos e sociais que considero essenciais à formação de homens e mulheres sadios espiritual e moralmente, pessoas que em suas vidas trabalham e atuam para que a sociedade evolua de forma efetiva.

A questão aqui não está em cultivar moralismos e o apego ao passado como se esse sempre fosse melhor que o presente, mas em cultivar e propagar valores que importam a qualquer ser humano e em qualquer tempo, como a solidariedade, a empatia, o humanismo. São, enfim, valores humanos.

E o lema escolhido para esta Campanha da Fraternidade, o ‘Eis-me aqui, Envia-me’, mostra o reconhecimento da igreja a um valor humano comum à juventude: seu préstimo, seu voluntarismo, sua disposição de agir já, imediatamente.

Acredito que alguns dados são importantes para termos uma visão geral sobre quem é o jovem brasileiro. São mais de 50 milhões de jovens entre 15 e 24 anos no Brasil. Destes, mais de seis milhões residem na zona rural.

Apesar dos esforços empreendidos para melhorar as condições objetivas de vida destes jovens, ainda temos uma realidade dura. Menos de 20% têm acesso à universidade. Segundo dados do último levantamento do ministério da Justiça, realizado em 2007, 60% da população carcerária do país têm entre 18 e 29 anos. Temos ainda mais de um milhão de jovens analfabetos.

Porém, apenas um dado já demonstra como a juventude, com sua energia e sua vontade de transformar a sociedade no presente, tem o potencial da mudança.

Uma pesquisa da Unesco, realizada no início da década, aponta que apesar de todo este quadro de dificuldades, 84% dos jovens brasileiros acreditam no próprio poder de transformar o mundo. Outro dado positivo é que quase 20 milhões destes jovens já participaram ou participam de alguma forma associativa, como movimentos sociais, ONGs, sindicatos, partidos políticos e pastorais.

O quadro demográfico que observamos demonstra um grupo populacional atento às mudanças tecnológicas, mas que, por outro lado, também é historicamente uma das parcelas da população que mais sofre com as desigualdades sociais econômicas. São os primeiros a absorver muitas das tendências apresentadas como ‘inovações’ no mundo contemporâneo; por outro lado, também são eles que sofrem com o acesso difícil ao ensino superior e com o ingresso cada vez mais draconiano no universo do trabalho.

A igreja, com o lema ‘Eis-me aqui, Envia-me’, observa nos jovens o compromisso de serem comunicadores da verdade que liberta rumo à emancipação, rumo ao novo, uma verdade que busca a supressão destas desigualdades sociais, uma realidade diferente, de espiritualização profunda e de fé também num ser humano renascido com Cristo.

É por isso que considero muito oportuno o tema colocado pela CNBB para a Campanha da Fraternidade deste ano. O jovem quer ser mudança hoje, quer representar o novo agora, e não no futuro. Então, quando coloca a ‘Fraternidade e Juventude’ no centro das discussões, a igreja dá uma demonstração de que agora, mais do que nunca, é preciso trazer o fôlego e o protagonismo da juventude para dentro dos mais diversos espaços sociais.

A televisão, os jornais, a internet, a política, a religião, enfim, todas as esferas e os meios que as interligam, ganham, com esta proposição, a cara do novo, e renovam-se com a força daquele e daquela jovem que, no auge de suas condições físicas e mentais, lutam por mudanças positivas para o mundo que os cerca.

Estes 50 milhões de jovens brasileiros, que interagem na realidade cotidiana e num mundo virtual cada vez mais diverso, nos pedem que caminhemos ao seu lado. Eles dominam ferramentas tecnológicas incríveis, mas talvez, muitas vezes, careçam apenas de uma palavra de motivação e de fé para auxiliar seu caminho também ao lado de Jesus.

Quando chama o jovem a debater seu papel na sociedade, na família e na fé, a CNBB está também oportunizando a revitalização, a juventude da própria igreja e de suas lutas sociais. Além da dimensão espiritual da CF, de evangelização e renovação, esta postura de buscar a participação e a intervenção prática dos jovens e de sua voz certamente trará benefícios mútuos. Servirá como um novo fôlego à igreja, e como um chamado ao resgate de valores

humanos essenciais por parte da juventude.

Que todos nós, ao acompanharmos as reflexões e os debates desta temática, estejamos sempre e cada vez mais comprometidos e participantes do novo, fazendo com que através disto tenhamos a construção de uma sociedade mais justa, mais fraterna, mais igualitária, fundamentada e alicerçada a partir do grande valor da fé."

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - É praxe nesta Casa, nas sessões solenes e especiais, a presidência dos trabalhos ser entregue ao deputado proponente.

E eu o farei hoje com alegria dupla, primeiro porque o Padre Pedro é o grande representante da nossa Igreja Católica neste Parlamento, pela sua fé, pela sua vocação, pela sua presença em momentos de inquietações aqui. Nestes momentos tem feito uma demonstração da sua religiosidade, do seu compromisso com a nossa Igreja Católica. Segundo, porque ele também é vice-presidente da Mesa Diretora.

Então, com muita alegria passo, a partir de agora, a presidência dos trabalhos desta sessão ao nosso eminente deputado Padre Pedro Baldissera.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Quero aqui agradecer ao presidente desta Casa, deputado Joares Ponticelli, pela condução dos trabalhos até aqui, e por ter proporcionado o deslocamento de jovens de diferentes dioceses para que pudessem estar aqui nesta noite. Fica aqui registrado o meu agradecimento por este momento tão importante que é proporcionado a muitos jovens.

Gostaria, neste momento, de passar a palavra ao meu colega parlamentar, deputado Neodi Saretta, para que possa deixar a sua mensagem.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Boa-noite a todos! Saúdo-os fraternalmente. Quero, em nome do deputado Padre Pedro Baldissera, cumprimentar todos e dizer que é uma alegria podermos participar desta sessão. Este já é o terceiro ano da legislatura e a terceira sessão que participamos de lançamento da Campanha da Fraternidade, sempre por iniciativa e proposição de v. exa.

Parece-me oportuno o tema escolhido porque este ano teremos um grande evento no Brasil, a Jornada Mundial da Juventude. E, passadas pouco mais de duas décadas da última vez em que foi esse o tema da Campanha da Fraternidade, ele volta e continua atual, especialmente num mundo em que se questionam todas as formas antigas e novas de violência e de exclusão que ainda acontecem. Abordar o tema da juventude é colocar na ordem do dia

realmente as grandes questões que temos hoje em termos de direitos fundamentais da pessoa humana, já que a juventude representa os anseios do que se quer de uma sociedade justa, fraterna e humana.

Por isso, quero registrar a importante presença de quem aqui está, das pessoas que saíram pela manhã do extremo-oeste e de outras regiões para estarem presentes, religiosos e religiosas, e principalmente a força desses jovens da pastoral da juventude. Cumprimento todos e espero que o tema nos sirva como reflexão e como contribuição para que possamos lutar sempre por uma sociedade justa, humana e fraterna.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Obrigado, deputado Neodi Saretta.

Registro a presença da senhora vice-presidente do Círculo de Fé e Obras Sociais de Florianópolis, Nádia Regina Nunes Burgugi.

Continuando, convido para fazer uso da palavra o sr. Felipe Candin, coordenador da Arquidiocese de Florianópolis.

O SR. FELIPE CANDIN - Quero saudar todos os presentes, a mesa e, em especial, o deputado Padre Pedro Baldissera; dom Wilson Tadeu Jönck, e todos os que estão presentes aqui, principalmente os jovens pela alegria, pela vontade de sair de manhã, de participar das comunidades, da igreja e sociedade, que precisam de nós para ser muito bem construídas.

(Palmas)

Gostaria de ler uma carta da juventude que entregaremos aos poderes constituídos do estado. É uma carta explicando um pouquinho o que sentimos sobre a campanha da fraternidade e a sociedade como um todo.

(Passa a ler.)

"Há 50 anos, a Igreja Católica realiza a Campanha da Fraternidade e reflete temáticas de grande relevância para a sociedade brasileira. Este ano o tema é 'Fraternidade e Juventude', a exemplo da edição de 1992, que também abordou o tema: 'Juventude Caminho Aberto'.

O objetivo geral da campanha é acolher o jovem no contexto de mudança de época, proporcionando caminhos para o seu protagonismo no seguimento de Jesus Cristo, na vivência eclesial e na construção de uma sociedade fraterna fundamentada na cultura da vida, da justiça e da paz. Quando falamos em acolher o jovem, não significa ficar sentado, parado, esperando ele vir ao nosso encontro e, sim, ir ao encontro desse jovem, como nos propõe o lema: 'Eis-me aqui, Envia-me.'

Refletimos este tema em três grandes partes: o ver, o julgar e o agir. Na primeira parte, percebemos vários aspectos que nos levam a pensar na vida dos jovens na sociedade e na Igreja, como as transformações culturais e o perfil da

juventude brasileira. Na segunda parte, temos um olhar sobre os jovens nas Sagradas Escrituras, na história da Igreja, seguidores de Cristo, no coração da Igreja e o protagonismo juvenil. E na terceira parte, temos indicações para ações transformadoras: abrir-se ao novo e converter-se; aos jovens, trabalharem em três âmbitos: pessoal, eclesial e social.

Jesus Cristo veio para que tenhamos vida e vida em abundância. De fato, a cultura da vida corre como o sangue em nossas veias, mas infelizmente, pouco a pouco vai dando lugar a uma cultura de consumo e de morte. Hoje, morrem mais de 18 mil jovens no Brasil e em dez anos cresceu 300% o homicídio de jovens no estado. Isso é possível? É aceitável? O que está levando a tudo isso? Vivemos em uma cultura midiática supondo que todos os jovens têm acesso às mídias. E o que faremos com os que não têm acesso às mídias? A maior parte dos presos em nosso estado é de jovens. Como mudaremos isso? Educação de qualidade é privilégio de poucos. Por quê? Saúde e lazer são para quem tem como pagar. A redução da maioridade penal não pode ser aceita, como nos diz o Documento n. 85, Evangelização da Juventude n. 309, da CNBB.

Temos que discutir tudo isso. O Documento de Aparecida nos diz: 'Em ambos os setores da população e, especialmente entre os jovens, cresce o desencanto pela política e, particularmente, pela democracia, pois as promessas de uma vida melhor e mais justa não se cumpriram, ou se cumpriram só pela metade.' (Doc. Ap. n.: 77).

No entanto, como juventude organizada da Igreja e ouvindo o apelo do Papa Bento XVI em seu discurso aos jovens no estádio do Pacaembu em maio de 2007, queremos assumir um maior compromisso nos mais diversos espaços de ação.

Tendo em vista todas essas questões, reivindicamos a criação efetiva do Conselho Estadual da Juventude do Estado de Santa Catarina, como prevê a Lei n. 14.872, de 13 de outubro de 2009. A ideia é criar um órgão de participação e influência direta dos jovens sobre as políticas públicas destinadas à população entre 16 e 29 anos.

Protagonizamos conquistas e continuamos querendo mudar o mundo. Somos de todas as cores, raças, gêneros, somos o incompreensível, o dito problema, somos insegurança, somos tudo e nada, somos a solução, somos protagonistas desta nação, somos a força, a coragem... Somos o que somos e não temos vergonha de dizer isso. Não somos apenas o futuro, até porque quando o futuro chegar não seremos mais jovens. Somos o presente, e como tal respondemos ao chamado de Deus, dizendo: 'Eis-me aqui, Envia-me'. (Is.6,8)."

Juventude Catarinense.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Baldissera) - Senhores, neste momento teremos a apresentação de um vídeo de seis minutos sobre a Campanha da Fraternidade.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

Convido neste momento para fazer uso da palavra, Uilian Pizzoloto Dalpiaz, secretário Regional da Pastoral da Juventude em Santa Catarina.

O SR. UILIAN PIZZOLOTO DALPIAZ - Estimado deputado Padre Pedro Baldissera, que preside esta sessão e que historicamente realiza todos os anos as sessões especiais da Campanha da Fraternidade nesta Assembleia Legislativa; cumprimento também o deputado Neodi Saretta, dom Wilson Tadeu Jönck, dom João Francisco Salm, padre Revelino Seidler.

É com muita alegria que cumprimento todos vocês da mesa, demais autoridades das nossas igrejas de Santa Catarina, todos os presentes, as nossas pastorais, os movimentos aqui presentes.

Também peço licença para destacar e cumprimentar de modo especial os nossos jovens que se fazem presentes nesta noite. Cumprimento nominalmente o Carlos André Basílio, que representa a Diocese de Caçador; a Maiara Gonçalves, que representa a Diocese de Joinville; o Matheus Luis Geuster, representando a Diocese de Joaçaba; o Eduardo Bastos, representando a Diocese de Blumenau; a Aline Ogliari, representando a Diocese de Chapecó; a Ana Paula da Costa, representando a Diocese de Lages; o Marcelo, representando a arquidiocese de Criciúma; o Murilo, representando a arquidiocese de Tubarão; o Felipe, representando a arquidiocese de Florianópolis, e o seminarista Arnaldo, representando a arquidiocese de Rio do Sul.

Meus queridos e minhas queridas, essas são as nossas dez dioceses do estado de Santa Catarina que se fazem presentes nesta noite, independentemente da distância, dos obstáculos, principalmente o pessoal do oeste, que saiu mais cedo, e de outras regiões do estado.

Isso, meus queridos irmãos, minhas queridas irmãs e demais presentes, por acreditar no potencial da nossa juventude, por acreditar no trabalho e na Campanha da Fraternidade que vem para refletir e trazer à tona para a nossa sociedade a realidade muitas vezes tão ofuscada e obscura que encobre os nossos jovens no Brasil e no estado de Santa Catarina.

Como já foi mencionado aqui antes, este ano, pela segunda vez historicamente, a juventude será o tema da Campanha da Fraternidade pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Estamos na 50ª edição da Campanha da Fraternidade que, historicamente, vem como uma proposição da Igreja Católica do Brasil para refletir temas

e demais assuntos que estão atuando na sociedade e colocá-los em debate de modo especial. E aqui destaco, como já foi colocado antes, que a juventude de forma alguma é o futuro, a juventude é, sim, o presente, mas é vítima, pois está cada vez mais sofrendo e cada vez com mais dificuldades, como estamos vendo em nosso Brasil.

Meus queridos irmãos, minhas queridas irmãs e todos aqui presentes, estamos fazendo um apelo a todos pela juventude do Brasil que hoje está morrendo. E é com este apelo, com esta sensibilidade que pedimos os olhares de modo especial de toda a sociedade e dos deputados desta Casa nesta noite de hoje.

A realidade da juventude que vem à tona é uma realidade triste, pois milhares de jovens são vítimas, infelizmente, todos os anos, da violência, e o estado de Santa Catarina recebeu o triste título de ser o estado em que mais jovens morrem no trânsito do nosso Brasil. São mais de 1.200 jovens que morrem todos os anos em nosso estado.

Essa realidade da violência, como também a falta de acesso à educação e outras dificuldades e problemas, estou trazendo presente esta noite para os cuidados desta Casa e de toda a sociedade de Santa Catarina. Temos, sim, muitas alegrias, muitas coisas a comemorar, mas também muitas coisas ainda a serem alcançadas.

Destacamos aqui de modo especial as duas conferências de juventude. Mas precisamos de muita atenção desta Casa para a criação de um conselho estadual de juventude. Precisamos ouvir, acolher e fazer ecoar a voz da nossa juventude no estado de Santa Catarina. E só com políticas públicas de qualidade, que se preocupem de fato com os nossos jovens, poderemos superar as questões necessárias.

Peço a atenção de todas as autoridades para que nos ajudem na criação desse conselho da juventude, para que de fato possamos fazer uma Campanha da Fraternidade que coloque tudo isso à tona, no sentido de propiciar dias melhores para os nossos jovens.

Esta é a Casa de todos os catarinenses. E fico muito alegre quando ela abre suas portas para os jovens.

Parabenizamos o deputado Padre Pedro Baldissera por essa iniciativa e também os demais deputados que apóiam a causa da juventude. E lamentamos a ausência dos que não se fizeram presentes.

É importante lembrar o papel dos jovens na sociedade. É preciso acreditar no protagonismo da juventude. Precisamos esquecer esse mito de que o jovem não tem capacidade de realizar determinadas funções. A juventude tem o poder da transformação, tem o poder de construir um mundo melhor.

Trabalhamos sempre buscando a chamada civilização do amor, que nada mais é do que uma sociedade justa, fraterna, igualitária, com a presença da ética, moral, justiça e igualdade.

Desejamos que esta Casa tenha sensibilidade com os nossos jovens. E que esta Campanha da Fraternidade celebre toda essa vida.

Muito obrigado.

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Esta Presidência comunica que encaminhará ao Executivo, de acordo com a lei, neste ano em que estamos debatendo esse tema *A Fraternidade e Juventude*, uma proposta de instituição de um conselho.

(Palmas)

Gostaria de registrar a presença de vários movimentos e pastorais, especialmente o movimento dos Irmãos, que sempre marcam presença em todas as sessões solenes.

(Palmas)

Dando continuidade, convidamos a mestre-de-cerimônias, Soraia Boabaid, para discorrer sobre vários homenageados desta noite.

A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Soraia Boabaid) - Boa-noite a todos!

(Passa a ler.)

"A igreja propõe como tema da campanha deste ano, *A Fraternidade e a Juventude*, e como lema, *Eis-me aqui, Envia-me*.

O objetivo da campanha é acolher os jovens na construção da vida, da justiça e da paz, sensibilizá-los para serem agentes transformadores da sociedade, protagonistas da civilização, do amor e do bem comum.

A Jornada Mundial da Juventude acontecerá este ano no Brasil, em julho, na cidade do Rio de Janeiro. Neste momento da solenidade teremos a apresentação da réplica da cruz peregrina, acompanhada das bandeiras dos diversos países, que estarão presentes no evento, acompanhados pelo hino oficial da Jornada Mundial da Juventude, com a banda Ressoar em Deus.

(Procede-se à apresentação da réplica.)

Dando continuidade à sessão, iniciaremos a entrega das homenagens.

Convido o deputado Padre Pedro Baldissera, acompanhado do arcebispo dom Wilson Tadeu Jönck, para, em nome do Poder Legislativo, fazer a entrega da homenagem à sra. Adelar Raupp.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o sr. deputado Padre Pedro Baldissera para, acompanhado de dom Wilson Tadeu Jönck, fazer a entrega da homenagem a Marcos Tramontim Serafim, coordenador da Pastoral da Juventude, da Diocese de Criciúma, neste ato representado por Marcelo Matos Pereira.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o sr. deputado Padre Pedro Baldissera para, acompanhado de

dom Wilson Tadeu Jönck, fazer a entrega da homenagem a Murilo Medeiros, da Coordenação do Setor Juventude, da Diocese de Tubarão.

Convido o sr. deputado Padre Pedro Baldissera para, acompanhado de dom Wilson Tadeu Jönck, fazer a entrega da homenagem a Felipe Candin, coordenador da Pastoral da Juventude Arquidiocese de Florianópolis.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradecendo ao arcebispo metropolitano de Florianópolis, convido o bispo da Diocese de Tubarão, dom João Francisco Salm, para fazer a entrega da homenagem, acompanhado do deputado Padre Pedro Baldissera, a Eduardo Bastos, da coordenação do Setor Juventude - Diocese de Blumenau.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem Lucas Gonçalves de Jesus, da coordenação da Pastoral da Juventude - Diocese de Joinville - neste ato representado por Maiara Milena Lorena.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem Júlio Cesar Hames - coordenação da Juventude - da Diocese de Rio do Sul, neste ato representado por Arnaldo Arlen.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradecendo ao arcebispo metropolitano de Florianópolis, convido o deputado Neodi Saretta para, acompanhado do deputado Padre Pedro Baldissera, fazer a entrega da homenagem.

Convido Ana Paula da Costa, coordenadora da Diocese da Juventude de Lages, para receber a homenagem.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido Carlos André Basílio, secretário das pastorais da Juventude, da Diocese de Caçador, para receber a homenagem.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido Mateus Luiz Geuster, coordenador da Pastoral da Juventude, Diocese de Joaçaba, para receber a homenagem.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem Aline Ogliari, secretária das pastorais da Juventude, da Diocese de Chapecó.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem Uilian Pizzoloto Dalpiaz, secretário Regional da Pastoral da Juventude de Santa Catarina.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradecendo ao deputado Padre Pedro Baldissera, neste momento teremos uma encenação da Pastoral da Juventude a respeito da realidade juvenil. A seguir teremos a apresentação do Hino Oficial da Campanha da Fraternidade de 2013 pela Banda Ressoar em Deus.

(Procede-se à apresentação.)

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Neste momento, convido para fazer uso da palavra sua excelência reverendíssima dom Wilson Tadeu Jönck, arcebispo metropolitano de Florianópolis.

(Palmas)

DOM WILSON TADEU JÖNCK - Meu caro Padre Pedro Baldissera, presidente da mesa e demais membros que a compõem.

Quero saudar e acolher todos os presentes nesta sessão, e saudar de modo particular os jovens. Acho que o jovem deve fazer na sociedade o que fez hoje aqui, quando o jovem se manifesta, o clima muda. E esse é o poder do jovem, penso que isso seja realmente importante e o jovem pode fazer isso em vários setores, em todos os setores da sociedade.

Gostaria de registrar hoje, nesta sessão, que o tema da Campanha de Fraternidade, ocorre, como já foi frisado, dentro do ano em que se realiza, no Brasil, a Jornada Mundial da Juventude. Esse é um grande evento em que jovens do mundo todo virão ao Rio de Janeiro. Isso mobiliza não só os jovens de todas as dioceses do Brasil. Esse foi um dos motivos por ter sido escolhido o tema da juventude para este ano.

Dentro da programação da Jornada Mundial da Juventude, muitas atividades estão acontecendo nas comunidades e desta forma, também, o próprio tema e seu o desenvolvimento, a reflexão sobre o jovem, vem-se constituindo numa preparação para a Jornada. Esperamos que depois, realmente, tenhamos um espírito melhorado na sociedade brasileira e nas comunidades da igreja a partir da manifestação dos jovens.

Temos ainda nas dioceses, imediatamente antes do evento no Rio de Janeiro, a Semana Missionária, em que iremos acolher nas nossas dioceses os jovens do Brasil e os que nos visitam e fazer uma preparação imediata no sentido de que conheçam a realidade social e cultural das cidades brasileiras.

A Jornada Mundial da Juventude quer ressaltar exatamente a importância do jovem. O jovem, como já foi dito, tem um papel importante na sociedade. O jovem é capaz de aprender com as

gerações anteriores. O jovem é aquele que não se satisfaz com isso e quer experimentar algo novo. O jovem é capaz de deixar de lado vícios e coisas obsoletas. E, quando realiza esses três movimentos, ele de fato contribui com a vida da sociedade e da própria Igreja. Dentro dessas manifestações é importante na vida do jovem que ele consiga se preparar pessoalmente - e aí propomos os valores do Evangelho. Não tenhamos medo de apresentar o que o Evangelho nos ensina para que o jovem possa incorporar isso à sua personalidade. Entendemos que essa é uma grande ajuda, uma ajuda substancial no desenvolvimento do próprio jovem e da sua personalidade.

É importante também que o jovem invista na sua formação e procure se construir da melhor forma possível. Precisa ter consciência de que também deve atuar na sociedade. Vejo que os jovens se sentem muito à vontade nesta Casa. Não tenham medo de sentirem-se à vontade, esta Casa pode ser um grande instrumento de transformação da sociedade e, por que não, um dia ocuparem um lugar neste plenário.

Participar da vida política acredito ser de grande importância no desejo de renovação, experiência nova, correção daquilo que não gostamos e daquilo que o jovem condena. Sim, você pode protagonizar exatamente essa mudança.

Meus caros jovens, meus caros amigos, gostaria de abordar um conto que pode nos ajudar a refletir sobre a realidade do jovem. Certa vez, numa pequena comunidade ao pé de uma montanha, num domingo à tarde, estavam reunidas todas as famílias, a comunidade, uns jogando futebol, outros conversando. Ali era o ponto de encontro da comunidade. E aquela montanha tinha fama de que quem tinha ousado desafiá-la nunca tinha voltado.

Quando a comunidade estava reunida, um jovem se dispôs a pegar a trilha e subir a montanha dispõe. As pessoas tentaram desencorajá-lo, dizendo que ninguém voltou, que a montanha engolia todo mundo e que ele não conseguiria, que aquilo era loucura. O jovem se voltou e disse: se vou conseguir eu não sei, mas o meu coração já está lá em cima.

Portanto, penso que é assim que o jovem deve caminhar. Ter metas, buscá-las e colocar seu coração em tudo o que desejar fazer. Se for constituir uma família, coloque o seu coração na família que deseja construir, deseje fortemente isso; preparar-se profissionalmente, coloque o seu coração, enfrente essa montanha; preparar-se para mudar a sociedade, que você tenha condição de fazer isso; na sua preparação intelectual, que você possa colocar de fato o seu coração, acredite que você pode fazer; coloque seu coração no cultivar a vida de fé; o desejo de servir à sociedade, que veja a trilha exatamente de como tornar a sua vida mais útil e tornar a sociedade melhor.

Acredito que a campanha da fraternidade quer dar essa oportunidade de reflexão, que o jovem consiga olhar para si e começar a enxergar com mais nitidez caminhos que possa percorrer. A campanha da fraternidade quer oferecer a oportunidade de analisarmos o mundo em que vivemos e termos a certeza de que ele pode ser melhor, e será melhor com a nossa atuação. Que possamos colocar o nosso poder de análise, de querer transformar e tudo será diferente e melhor.

Quero agradecer ao deputado Padre Pedro Baldissera por essa iniciativa de promover esta sessão; agradecer também a presença de todos e, sobretudo, a presença e a manifestação dos jovens nesta noite aqui na Assembleia Legislativa.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Quero agradecer ao secretário Regional da Pastoral da Juventude de Santa Catarina; ao Felipe, que teve a oportunidade de se manifestar, ele é coordenador da Pastoral da Juventude da Arquidiocese de Florianópolis; ao padre Rivelino, coordenador da Pastoral da Arquidiocese de Florianópolis; à sra. Elza Krieger, responsável por confeccionar o arranjo temático da Campanha.

(Palmas)

Agradecemos à sra. Rosana Brasca, à sra. Beta Brandalise, e em nome delas agradeço a todos os funcionários e funcionárias desta Casa que trabalharam e ajudaram a construir este evento que aqui realizamos.

(Palmas)

A Campanha da Fraternidade quer ser sempre um instrumento e um momento privilegiado do debate, da discussão, de encaminhamento de ações que venham contemplar esse ou aquele setor da sociedade.

Fico feliz pela decisão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil de trazer novamente o debate sobre a juventude. E aqui quero destacar mais uma vez a prontidão, o desapego da nossa juventude de buscar, de querer ser protagonista, sujeito das caminhadas e da história.

Como diz o nosso arcebispo dom Wilson, colocar o coração e fazer dele o grande alvo que se traduz nas metas, nos ideais da busca constante por parte de cada um e cada uma de nós. Que todos nós sejamos solidários e possamos compartilhar e agir juntos esta caminhada. Não somente o jovem, pois nos sentimos parte integrante deste processo para contribuir e ajudar para que de fato o alvo, a meta, seja construída, buscada e realizada. Que possamos, através disso tudo, crescer na nossa compreensão e na

nossa dimensão de seres abertos e transparentes, mas necessitados principalmente de uma força para, com a maior alegria e eficácia, realizarmos nossas ações.

Agradeço em nome do nosso arcebispo dom Wilson Tadeu ao meu colega, deputado Neodi Saretta, a todos os componentes da mesa, a cada um e a cada uma de vocês que vieram, e especialmente à nossa juventude que aqui está presente representando todas as dioceses do nosso estado.

Convido todos que nos honraram com suas presenças para participarem de um coquetel no *hall* de entrada desta Casa.

Convido todos para, de pé, ouvirmos a execução do Hino de Santa Catarina regido pelo maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à execução do Hino de Santa Catarina.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Agradecemos ao Coral desta Casa, regido pelo maestro Reginaldo da Silva.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão convoca outra, ordinária, para amanhã no horário regimental com a seguinte Ordem do Dia, matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

# ATA DA 011ª SESSÃO ORDINÁRIA

## DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 05 DE MARÇO DE 2013

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopesla - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

#### SUMÁRIO

##### Breves Comunicações

**DEPUTADO NILSON GONÇALVES** - Reporta-se ao aeroporto de Joinville.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Defende o servidor público.

**DEPUTADO SILVIO DREVECK** - Manifesta-se a respeito do custo Brasil.

##### Partidos Políticos

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** - Reporta-se às eleições municipais nos quatro municípios catarinenses; tece comentário sobre o ex-secretário da Fazenda Ubiratan Rezende.

**DEPUTADO DADO CHEREM** - Tece comentários sobre as obras no vale do rio Tijucas.

**DEPUTADO RENO CARAMORI** - Reporta-se às eleições municipais nos quatro municípios catarinenses.

**DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK** - Debate a segurança pública.

**DEPUTADO MOACIR SOPELSA** - Manifesta-se a respeito da Fatma.

##### Explicação Pessoal

**DEPUTADO RENO CARAMORI** - Faz homenagem à BRF.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Antes das Breves Comunicações esta Presidência comunica:

(Passa a ler.)

“Comunicado

Esta Presidência comunica a edição do Ato da Presidência n. 003/2013, que designa os membros das Comissões Permanentes, e solicita aos senhores Parlamentares mais idosos, dentre os de maior número de legislaturas de cada comissão, que procedam a sua convocação para instalação dos trabalhos e eleição dos respectivos presidentes e vice-presidentes, na forma do art. n. 123 do Regimento Interno desta Casa”.

Sala das sessões, 05 de março de 2013”. [sic]

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Nilson Gonçalves, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente e srs. depu-

tados, quero aproveitar o tempo que tenho hoje nesta tribuna para entrar novamente num assunto de suma importância não só para Santa Catarina, mas também para Joinville, que diz respeito ao nosso aeroporto.

Srs. deputados, o aeroporto de Joinville no momento não atende às necessidades de Joinville e muito menos da região, fazendo com que boa parte dos empresários e das pessoas que precisam se locomover para outro estado, usando o transporte aéreo, fazem no aeroporto de São José dos Pinhais, no Paraná, porque o nosso aeroporto não tem condições, ou porque está chovendo, ou porque tem muita neblina, ou porque um passarinho está na pista, quer dizer, sempre há algum problema que faz com que voos sejam cancelados para Joinville.

As autoridades constituídas daquele município, capitaneadas pelo ex-governador e hoje senador Luiz Henrique da Silveira, estão lutando para fazer com que aquele aeroporto funcione de acordo com as necessidades do município e da região, com a qualidade de pista, de estrutura e de acesso, em nível da nossa cidade.

Foram lançadas três frentes para que tenhamos um aeroporto de acordo com aquilo que requer a cidade e o estado de Santa Catarina. A primeira é a duplicação da Avenida Santos Dumont, que é o acesso ao aeroporto. A segunda frente seria o chamado ILS, um aparelho que permite que as aeronaves possam aterrissar no aeroporto de Joinville com neblina, com chuva ou em condições adversas. A terceira frente seria o aumento da pista do aeroporto, que é necessário para as aeronaves que descem hoje e para aquelas de maior porte.

Pois bem, a briga para o aumento dessa pista já vem de alguns anos. Primeiramente, havia o problema de uma família de caranguejos no final da pista que não podia ser removida, porque o meio ambiente não permitia, iria ofender os princípios ambientais. Foi uma discussão que levou tempo até ser resolvida. Depois, vieram os problemas das indenizações. Muitos não aceitavam que fosse cortada uma árvore próxima ao aeroporto. Mas depois de muita luta resolvemos essa questão.

O sr. governador esteve em Joinville há alguns dias e lá deu a ordem de serviço para a duplicação da nossa Avenida Santos Dumont, num percurso de 1.800 metros, sendo que apenas temos 800 metros em condições de serem duplicados, porque os 1.000 metros restantes ainda dependem de desapropriação ou indenização. Mas havia a necessidade da ordem de serviço para que começassem os trabalhos e nesse meio tempo se conseguisse o intento de desapropriar ou indenizar algumas áreas.

A ordem de serviço foi dada, muitas alegrias, muitos elogios, para que se começasse uma das três intenções deste governo em fazer um aeroporto descente, bom e útil para todos.

Aí veio a notícia do ILS, o recebimento do aparelho. Estive na

prefeitura conversando com o prefeito, que estava eufórico com a novidade, enfim, chegou o tão famigerado aparelho que o senhor governador e hoje senador Luiz Henrique da Silveira afundou os corredores da Infraero para conseguir. Finalmente veio o ILS. Na ocasião da ordem de serviço lá na Avenida Santos Dumont todos citamos a chegada do famigerado ILS, que em 90 dias estaria em operação.

Pois muito bem. Esse é o segundo braço necessário para se fazer o aeroporto moderno. O terceiro seria o aumento da pista que, lamentavelmente, o sr. prefeito recebeu... Primeiro, ele perguntou verbalmente por telefone e o pessoal da Infraero disse-lhe o seguinte: "O senhor faça isto de forma expressa. O senhor escreva perguntando e nós lhe responderemos". E a resposta, depois de feita a pergunta por escrito, veio por escrito também: "No momento não vamos aumentar a pista do aeroporto de Joinville".

Então, o que aconteceu? Depois de conseguir remover a família de caranguejo que havia lá, de fazer as indenizações necessárias e tudo mais, recebemos agora, curto e grosso, a resposta de que não há aumento de pista no momento, nem verba, nem coisa nenhuma, um balde de água nas pretensões do município de Joinville.

Para completar, nessa semana tivemos a informação de que o ILS que foi mandado para Joinville para poder operacionalizar precisa de alguns acessórios. E que todos esses complementos para o funcionamento do ILS não vêm para cá antes de um ano. Tem que ser feita a licitação, precisa ver quem vai autorizar, precisa conversar com "a" e com "b", ou simplesmente entendemos a conversa: vamos ter que voltar a pedir por favor para a Infraero fazer alguma coisa no sentido de que esse ILS funcione. Simplificando: má vontade ou antipatia de forma absoluta e pontual em relação às autoridades competentes do município de Joinville, ou não se gosta de Joinville de verdade. "Não gostamos de Joinville ou não gostamos daquele aeroporto. Aquele aeroporto está num lugar que não gostamos e não o queremos lá"! Só pode ser isso, porque as coisas estavam bem encaminhadas, estávamos ansiosos para ver em andamento os três braços que dariam o porte natural de um aeroporto para Joinville, um aeroporto desce para descer aeronaves em segurança e para não termos tantos voos cancelados. Agora vamos começar praticamente da estaca zero. O que temos de verdadeiro, em relação ao aeroporto de Joinville, são os primeiros 800m para a duplicação, que já estão indenizados. Ainda faltam 1.000m para serem indenizados, ainda faltam todos os complementos para o ILS e ainda falta conversar de pé de orella com esse pessoal da Infraero para convencê-los de que é necessário o aumento da pista do aeroporto de Joinville.

Essa é a situação da maior cidade de Santa Catarina, que está rece-

bendo o aporte de empresas de nível internacional, com fábricas se instalando e empresários chegando via aeroporto de Curitiba e Navegantes, porque a maioria dos voos em Joinville são cancelados por falta de boa vontade da Infraero. Esta é a grande verdade!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o próximo orador inscrito, o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e demais pessoas que nos acompanham na tarde desta terça-feira, telespectadores da TV AL e ouvintes da Rádio Alesco Digital, chamou a minha atenção a matéria de capa do *Diário Catarinense*, de domingo, dia 03 de março, cujo título é "Os dilemas do estado para voltar a investir".

(Passa a ler.)

"Com a despesa da folha de pagamento perto do limite fixado na Lei de Responsabilidade Fiscal, o governo consegue, primeira vitória, economizar R\$ 100 milhões, em 2012."

Mas a matéria de capa, principal matéria da edição, trata da diminuição do crescimento da receita, ou da desaceleração do crescimento da receita, que o governo tem usado politicamente. Não é uma diminuição, não existe uma diminuição da receita. Poderíamos falar, sim, numa desaceleração do crescimento da receita. Aí estaria mais correto do ponto de vista matemático. Mas o governo prefere falar em diminuição da receita, que é a forma de justificar o não ter dinheiro para muitas coisas. Evidentemente que no caminho de apontar soluções, de fazer uma análise, ou de atribuir responsabilidades, mais uma vez, a culpa cabe, segundo o jornal, que é a posição do governo, ou segundo a posição do governo, expressa pelo *Diário Catarinense*, aos servidores. Como, aliás, há pelo menos 23 anos.

Tem crise de arrecadação, o governo está se sentindo com pouco dinheiro para tocar seus projetos, coloca-se a culpa nos servidores. E a grande imprensa acompanha esse debate. Mas é lamentável que a maioria dos formadores de opinião, inclusive, a maioria dos parlamentares, ou dos detentores de cargos eletivos, acaba concordando com essa tese de forma simplória e imediata. Aí se espantam quando a marginalidade começa a colocar fogo em ônibus, quando aparece fila de pessoas internadas no chão dos hospitais, ou quando aparece fila de pessoas que sequer consegue uma internação no chão do corredor de um hospital, ou quando as escolas estão caindo aos pedaços, como se mostra aqui algumas imagens de muitas escolas catarinenses desmoronando na cabeça das crianças. Aí as pessoas se espantam.

Isso está embutido, é resultado dessa política de acreditar que o grande problema, o grande vilão da sociedade



atual e do estado são os gastos com os servidores, com a folha de pagamento. Primeiro, muitas outras coisas precisam ser analisadas, antes de analisar isso. E, segundo, dentro da própria folha de pagamento teríamos que ver para quem está indo esse dinheiro, para qual finalidade está sendo usado esse dinheiro. Porque quando se fala em folha de pagamento a consequência é faltar policial, é faltar professor, é faltar técnicos e assistência à pequena agricultura.

Na realidade, toda a máquina do estado está embutida na folha de pagamento, inclusive os funcionários, muitos e muitos e muitos comissionados das 36 secretarias de desenvolvimento regional e os seus respectivos titulares e secretários. Aliás, Santa Catarina deve ser o estado do Brasil e do mundo que, com seis milhões de habitantes, tem 64 secretarias.

Não estamos falando de outras diretorias, de outras estruturas nem das autarquias das empresas. Estamos falando das secretarias de estado que Santa Catarina tem, ou seja, 64 secretarias. E isso não aparece, nem uma vírgula, dos integrantes do governo que fizeram a análise da falência do estado de Santa Catarina, por culpa da folha de pagamento, ou seja, servidor público gasta muito.

Aliás, a cada briga, a cada conflito dentro do governo cria-se mais uma secretaria para amenizar o conflito. Até não é de se admirar, de tanto me acostumar com isso, se para resolver essa crise aqui, para ver quem é que vai ser o presidente da CCJ, o governo acabar criando outra secretaria para amenizar os dissabores da ala governista, a qual vai perder. Tem sido assim em outras áreas. Tem um conflito? Desmembra, cria outra secretaria. Mais um secretário, mais uma penca de diretores. E a culpa da crise financeira do estado é do servidor.

Aí a população, pulverizada na frente dos meios de comunicação, acaba acreditando nessas análises não precipitadas, pois fazem, no mínimo, 23 anos que dizem a mesma coisa, sem falar das isenções fiscais, eis que este deve ser o estado mais generoso do Brasil. Os Prodecos que foram aprovados aqui explicam o crescimento da quantidade dos shoppings no estado de Santa Catarina, não só na grande Florianópolis.

Temos certa rede de loja, chamada Havan, e vou falar aqui, porque já teve um quebra pau lá, no meu primeiro mandato, quando foi aprovado um Prodec aqui, e depois apareceu no jornal que quem estava contente com o Prodec era a rede de lojas Havan, que nasceu há pouco tempo na cidade de Brusque e já tem lojas pelo Brasil inteiro. Aquilo nasce igual a repolho. Parece milagre. Vai gerar emprego? Na cidade onde abre uma Havan fecham 100 lojas pequenas. Quantas lojas do centro da cidade falem para cada shopping aberto? Depois fica esse centro da cidade fantasma, para os malandros fumarem pedras de crack ou para a prostituição, porque os shoppings

ficam perto das rodovias, para ser melhor no acesso, com investimento, com isenção fiscal que este governo de Santa Catarina dá.

A GM veio criando 300 empregos apenas! Ganhar tudo que ganha para gerar apenas 300 empregos? Com pequenos agricultores do estado de Santa Catarina geram mais de 300 empregos e não recebem nada de isenção fiscal do mesmo governo. A BMW vai entrar em Santa Catarina apenas com a plaquinha, só com a logomarca, o resto está ganhando. Evidentemente que isso é receita que deixa de entrar no Tesouro do estado.

Falta dinheiro, e a culpa é do servidor. Aí o governo não tem mais recursos para investir. É tanto servidor, tanto salário para o servidor que sempre quer mais. Aliás, a grande maioria, aqueles que efetivamente trabalham ganham muito pouco, mas a culpa é sempre deles. Na imprensa, evidentemente não é culpa só da imprensa, que também é empresa, é culpa dos governos que fazem esses cursos e infelizmente a maioria das autoridades acaba concordando, porque saiu na grande mídia e não vou discordar, senão vou ficar mal falado, e no ano que vem tem eleição de novo. Aliás, a cada dois anos tem.

Precisa ser analisado mais profundamente, precisa cortar gordura em isenção no estado de Santa Catarina, porque o estado trabalha para dar isenção, para dar benefício. E aí o estado não investe.

Esse dinheiro que se está deixando de cobrar da BMW, da GM, da Havan, desse monte de shoppings, dos Prodecos da vida, isso não é investir? Um investimento às avessas, investimento nos grandes empresários, nas grandes iniciativas. E para o pequeno? Para a Polícia? Essa é que é a triste realidade.

Então, é preciso cortar gordura também nas tetas de 64 secretarias para um governo do estado. Quanto às SDRs, tem 36, uma tropeçando na outra. Em muitas regiões a cada 30 quilômetros tem uma. Mas se deixar apenas 16, ninguém precisa andar 100 quilômetros para chegar à primeira. Fica 16, corta vinte, e ninguém precisa andar 100 quilômetros para chegar à primeira. Mas o governo não enfrenta essa realidade, para manter essa superaliança, essa megalomaníaca aliança, e a culpa é do...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos partidos políticos, os próximos minutos estão destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera que preside esta sessão.

Colegas deputados, primeiramente gostaria de registrar,

deputado Antônio Aguiar, que há poucos dias tivemos o retorno de v.exa. mais forte do que quando se ausentou. Ficamos felizes por isso.

Hoje reencontramos o nosso colega deputado Altair Guidi retornando a esta Casa, e retorna com disposição, com recuperação. E sempre que um ser humano tem saúde, tem qualidade de vida, produz, é um orgulho para qualquer ser humano, independente da amizade, do coleguismo, principalmente nós que estamos neste parlamento e, ao longo dessa história, pessoas que estão na vida pública, em cargos eletivos, que têm dado uma grande contribuição para o estado de Santa Catarina.

Eu não poderia deixar de registrar a nossa alegria de reencontrar colegas se recuperando de situações difíceis, portanto, deputado Altair Guidi, v.exa. sempre é bem-vindo a esta Casa, ao nosso meio. Desejamos que v.exa. tenha cada vez mais saúde para continuar dando a sua contribuição aos catarinenses.

Senhor presidente, o assunto que me leva a registrar, no dia de hoje, diz respeito à nossa situação no Brasil, como um todo, nos estados, nos municípios. E ouvi atentamente o discurso do deputado Sargento Soares, mas estou acompanhando, ao longo desses anos, quando já tive a oportunidade de trabalhar em empresas do setor privado, quando fui vereador, secretário da Saúde, prefeito por dois mandatos.

Agora, neste segundo mandato de deputado estadual, percebemos e vemos todos os dias que o Brasil tem um potencial enorme, uma economia diversificada, um grande potencial em sua riqueza, na agricultura, na pecuária, nos bens naturais que a natureza nos deu, e vamos falar em minério, petróleo, entre outras.

Na indústria, também, deputado Antônio Aguiar, temos que reconhecer que a nossa indústria, em que pese toda a diversidade, tem feito um esforço muito grande para gerar emprego, para criar desenvolvimento, e não precisamos fazer uma apologia, porque toda empresa visa lucro, e assim deve ser.

Ao mesmo tempo vemos o setor público cada vez mais com dificuldades de fazer investimentos. A máquina pública com uma legislação difícil no que se refere a dar celeridade a projetos, às licenças ambientais, entre outras, acaba tendo morosidade quanto à tomada de decisões. E vemos também a insatisfação do servidor público, os problemas na área da Saúde. A própria Constituição de 1988 estabeleceu que a saúde é um direito de todos e um dever do estado, mas quando não há dinheiro para todos deve-se priorizar aqueles que têm maior necessidade, menor poder aquisitivo.

Falta dinheiro para a educação, para o sistema rodoviário, as hidrovias, as ferrovias, os portos, os aeroportos, as matrizes energéticas. E, numa analogia pessoal, os governos, seja estadual ou federal, irão fazer concessão das rodovias, das ferrovias, das matrizes

energéticas ou vamos continuar nessa grande dificuldade, com esse elevado custo Brasil, porque não há dinheiro público suficiente para fazer frente à necessidade da população brasileira. Não há recursos para diminuir o custo Brasil.

Na medida em que se compra uma saca de milho no Mato Grosso por R\$ 17,00 e chega a Santa Catarina por mais de R\$ 30,00, não há como as nossas empresas competirem com outros países que têm um custo menor por conta da infraestrutura desenvolvida. Aliado a isso há uma elevada carga tributária, e não se faz uma reforma trabalhista para diminuir essa burocracia emperrada que existe há muitos anos.

Tivemos por parte do governo federal a iniciativa de fazer as concessões de rodovias e ferrovias, que na época elogiei e acredito ser uma boa alternativa para o país, mas, no entanto, o modelo implantado na época não foi atrativo para o setor privado.

Portanto, temos que enaltecer a revisão por parte do governo federal dessas concessões. Esperamos haver maior participação nos editais de leilões, que as empresas brasileiras e de outros países venham participar desse processo e fazer com que haja celeridade e melhoria na infraestrutura brasileira e que o Brasil possa ser mais competitivo.

O PIB em 2012 deu uma demonstração clara, cresceu apenas 0,9%. E obviamente que isso é preocupante, porque na medida em que a nossa economia não cresce há uma tendência natural de com o tempo virem as adversidades, desde a inflação que está aí querendo voltar e que o governo tem que tomar algumas providências e, em outros casos, não interferir, por exemplo, nas decisões do Banco Central, que é, em outras palavras, uma agência que regula o mercado na questão inflacionária, no câmbio, mas se o governo interferir como o fez pode a sociedade brasileira ter que pagar esse preço novamente. Não é diferente a Petrobras, uma empresa pública, mas que está tendo muita interferência. E quando há isso, nós mais uma vez, os usuários, a população brasileira, poderá pagar por esse preço e custo. Modelos de empresas estatais, principalmente na exploração de petróleo, em outros países funcionam, mas sem interferência.

Por isso, acreditamos que o modelo de concessões, a não interferência do governo, poderá ser benéfica para o Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

Inscrito o sr. deputado Dirceu Dresch, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados,

sras. deputadas, a todos que nos acompanham pela TVAL. E quero dizer, sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, que preside esta sessão, que estivemos neste último final de semana acompanhando um momento importante do processo político de Santa Catarina, quando tiveram também a oportunidade, os nossos eleitores catarinenses, de quatro municípios, poder escolher os seus dirigentes municipais.

O PT, nosso partido, apresentou candidatos a prefeito em três cidades: Campo Erê, Balneário Rincão e Criciúma; também apresentamos uma candidatura a vice no município de Tangará.

Mais uma vez o partido saiu com uma vitória importante nessas eleições, duas vitórias de prefeitos, companheiros nossos. E quero aqui cumprimentar e parabenizar o deputado Décio Góes que depois de tanta luta, insistência e inclusive injustiças teve a sua grande vitória no município de Balneário Rincão. Portanto, parabênizo o nosso ex-colega deputado Décio Góes que esteve neste Parlamento por um período importante e destacou-se aqui nesse espaço.

Cumprimento também o Rudimar Borcione, no município de Campo Erê, que teve uma vitória importantíssima na primeira eleição que disputou como candidato, sendo que o outro candidato não poderia ter concorrido, e a eleição foi anulada. Nas duas eleições tivemos uma ampliação do número de votos em Campo Erê, porque na outra perdemos a eleição por 50 votos. Agora, o Rudimar Borcione ganhou a eleição por 688 votos. E o Décio Góes ampliou muito a sua votação, para 589 votos, em Balneário Rincão.

Também, queremos destacar aqui a nossa participação no município de Criciúma. Uma liderança nova do nosso companheiro Fábio André Brezola. Disputou a eleição, fez mais de 10% dos votos, uma votação expressiva pela situação política, uma candidatura nova, mas estamos construindo um novo líder no município de Criciúma. Por isso, parabenizamos a coragem, a ousadia do partido e também do nosso candidato a prefeito, Fábio André Brezola.

Além disso, participamos em Tangará com um candidato a vice-prefeito do PMDB, mas não obtivemos vitória; perdemos a eleição.

Quero cumprimentar toda a direção partidária, o nosso presidente José Fritsch que esteve nesta Casa no dia de hoje.

O partido vem consolidando uma posição importante nessa última eleição, em outubro, quando tivemos um crescimento em número de municípios, em número de prefeitos e vice-prefeitos e também em vereadores, e agora neste momento ganhando 50% das cidades em que disputamos. E onde não ganhamos tivemos uma força política importante, já que na outra eleição em Criciúma apoiamos o PMDB e agora tivemos candidatura própria.

Então, queremos agradecer a todos os catarinenses que mais uma vez

apoiaram o nosso projeto, apostaram em nossos candidatos e deram-nos uma importante vitória nessas eleições, em dois municípios do nosso estado.

Sr. presidente, quero voltar a fazer um comentário que já fiz em outro momento. É um novo comentário sobre o ex-secretário da Fazenda Ubiratan Rezende.

Hoje, na coluna do comentarista Moacir Pereira, numa parte da entrevista o Ubiratan fala da situação do governo Raimundo Colombo, nesta aliança. Quando ele saiu do governo, da secretaria da Fazenda, ele disse que voltou para Santa Catarina, para o governo, numa perspectiva de mudar a secretaria da Fazenda.

Naquela vez ele afirmou que a secretaria da Fazenda era um balcão de negócios. E agora, quando é convidado para voltar ao governo, ele faz uma nova declaração. Ele diz que o governo virou refém de uma aliança política. E que dentro da sua base de governo tem vários governos e não têm condições de governar de fato, têm dificuldades de tomar posições, pelo próprio perfil do governador.

Então, essas afirmações com certeza deixam a sociedade catarinense com grandes preocupações.

Estamos aqui acompanhando toda a entrevista. E por vários momentos o secretário faz afirmações muito duras sobre tudo isso que está acontecendo. E no final ele diz que a lógica do governo não é de ter um governo. Ele diz que existem vários governos dentro do seu governo. E disse isso também para o governador Raimundo Colombo. Ou seja, que cada um, nos seus interesses, está dentro deste governo; que estão aí para defender esses interesses e não o governo; que é muito difícil fazer a coordenação de diversos governos dentro de um único governo. Essas são afirmações de uma pessoa que viveu um período dentro do governo do estado.

Então, isso só reafirma a avaliação que temos feito nesta tribuna da dificuldade do governador tomar posições em várias áreas.

Ultimamente, recentemente, vivemos a situação da segurança pública, em Santa Catarina, quando demorou muito para se tomar decisões. Temos a situação da alimentação escolar, que citei aqui na semana passada, com o fim da terceirização. O governo anunciou no ano passado que iria acabar com a terceirização, mas até agora nada aconteceu.

Então, é um governador que não toma posição. É um governador que tem dificuldade de governar este estado. Mas esperamos que ele tome decisões.

Então, o governo está parado por esse conjunto de motivos que estamos ressaltando nesses dois anos e pouco de governo. Não tem rumo o desenvolvimento do nosso estado. Tem um rumo, uma perspectiva de um aglomerado político para conduzir politicamente o estado e manter o poder político para os próximos

anos. Mas não é uma estratégia de desenvolvimento para o nosso estado. E gostaríamos que ele pense de fato no desenvolvimento de Santa Catarina para os próximos 20 anos, 30 anos, 50 anos.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputado Dirceu Dresch, quero considerar suas colocações. Acho que v.exa. tem razão em algumas questões pontuais com relação ao governo do estado. Mas deputado Dirceu Dresch, quem é o Ubiratan Rezende? Estou dois anos como deputado nesta Casa e nunca vi essa figura. É um acadêmico que dizem que veio de uma universidade dos Estados Unidos, que passou uma temporada no Brasil, nunca teve um voto, não tem voz, não tem legitimidade. Então, parece-me que usar o Ubiratan Rezende como couraça para de uma forma ou de outra tentar atingir o governador Raimundo Colombo é muito fraco esse argumento deputado Dirceu Dresch. De fato reconheço que há muito que avançar, mas não com o Ubiratan Rezende.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Ele só se diz, e o próprio governador Raimundo Colombo reconhece isso, que ele é o conselheiro do governador, segundo o nosso jornalista Moacir Pereira. Ele foi convidado para voltar para o governo. Então, é uma figura que com certeza tem muita força neste governo.

Mas estamos cobrando agilidade. O povo catarinense espera mais na educação, na saúde, na segurança; espera posições firmes para o povo catarinense melhorar as suas condições de vida. É isso que esperamos em Santa Catarina. Não estamos torcendo pelo melhor ou pior, apenas queremos que o estado se desenvolva e possa melhorar a vida do seu povo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Dado Cherech, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Muito obrigado, sr. presidente. Quero saudar os srs. deputados, os nossos telespectadores da TVAL e dizer da alegria que sentimos na semana passada e no dia de ontem, quando estivemos com o governador Raimundo Colombo e com o secretário Valdir Cobalchini, juntamente com os deputados Jean Kuhlmann, Maurício Eskudlark, Serafim Venzon, o deputado federal Peninha, o deputado Silvio Dreveck que representou esta Casa, com lideranças do vale do Rio Tijucas, quando fomos acompanhar o governador Raimundo Colombo e o secretário Valdir Cobalchini na entrega da ordem de serviço para a reurbanização, para melhorias daquela que até então é conhecida como

a Rodovia da Morte, a então SC-411 que hoje se chama SC-410.

Esse é um trabalho, sr. presidente, que começou comigo e com o deputado Volnei Morastoni, no ano de 2011, após uma audiência pública, provocada pelo vereador Adauto, do município de Tijucas. E com certeza após muitas idas e vindas, com a participação dos deputados que já citei, tivemos a alegria, ontem, na cidade de Tijucas, de fazer os devidos encaminhamentos para a revitalização dessa malha viária. E não ficou por aí, srs. deputados, sra. deputada, tivemos também uma notícia muito boa do próprio governador e do cel. Nazareno Marcineiro, que é o nosso tão sonhado e esperado posto da Polícia Rodoviária Estadual, na cidade de Canelinha, que vai contemplar a rodovia que hoje se chama SC-410.

Dessa forma cidades pacatas como Tijucas, Canelinha, São João Batista e Nova Trento de uma hora para outra se tornaram uma rodovia da morte, pela questão do turismo religioso no Santuário da Santa Paulina, pelo polo calçadista de São João Batista, pela travessia daquela cidade e o crescimento da cidade de Canelinha e Tijucas, que são entradas para todo este vale.

Então, tivemos duas ações de extrema importância para o vale do rio Tijucas: a revitalização daquela malha viária e a construção do posto da Polícia Rodoviária Estadual.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Quero parabenizar v.exa., até porque tenho acompanhado a sua luta pela realização de todos esses projetos, desde a implantação do posto da Polícia Rodoviária Estadual até a questão da recuperação da malha rodoviária.

Quero parabenizar também o governador Raimundo Colombo pelos investimentos realizados. Lembro que há dois ou três anos, quando ainda estava na chefia da Polícia Civil, participamos com v.exa. de várias reuniões, principalmente para resolver a questão do posto da Polícia Rodoviária, que aumenta significativamente a região. Então, vejo que foi um dia especial para toda a região do vale do Rio Tijucas e para o estado de Santa Catarina.

Parabéns ao governador Raimundo Colombo e a v.exa. por mais essa conquista para a nossa região.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Sr. presidente, até por questão de justiça quero fazer um agradecimento especial ao governador Raimundo Colombo pela sensibilidade de saber da importância dessa obra, como também ao secretário Cobalchini. Muitas vezes estive nesta tribuna criticando a atuação deste secretário, reconheço aqui, mas rendo-me ao seu trabalho frente àquela Pasta, por essa importante obra. Tenho certeza de que o secretário se esforçou, e se essa obra está saindo é mérito tanto do

secretário quanto do coronel Nazareno, da Polícia Militar.

Sr. presidente, uma boa notícia para a nossa região é que na semana passada fui informado pelo secretário Cobalchini, e esteve ontem pessoalmente com ele dando a notícia, que ontem foi contratada a obra, o projeto de engenharia da estrada que liga Camboriú a Brusque, por dentro, e v.exa. conhece bem a região do Braço, da Limeira, trabalho que começou com a prefeita Luzia e o prefeito Paulo Eccel, de Brusque, com a minha participação, dos deputados Maurício Eskudlark, Serafim Venzon, Volnei Morastoni, todos imbuídos na busca dessa tão importante obra.

Srs. deputados, está havendo uma verdadeira revolução no sistema viário, de urbanização daquela região. Teremos a duplicação da rodovia Antônio Heil, que liga Itajaí a Brusque, processo que começou nesta Casa com este deputado e com o então deputado Jandir Bellini. Tivemos também a participação da sociedade civil organizada de Brusque, de Itajaí e de toda região, obra que vai começar a se concretizar a partir do mês de maio.

Então, teremos a rodovia de Camboriú a Brusque por dentro, uma nova realidade para a qual o projeto de engenharia já foi contratado e a duplicação da rodovia Antônio Heil.

E na semana que vem quero estar novamente nesta tribuna falando sobre outra importante obra com a qual o governo do estado vai contemplar a nossa região com uma verdadeira revolução urbana, econômico-social, porque isso mexe com tudo, mexe com o entorno das cidades, com o comércio da região, com a malha viária e faz com que as pessoas se sintam reconhecidas pelo governo do estado.

Srs. deputados, para mim essas obras são muito importantes e gratificantes, porque desde o início do meu mandato elenquei algumas obras significativas para a região, assim como a duplicação da rodovia Antônio Heil, de Brusque a Itajaí, a rodovia que liga Brusque a Camboriú, que fazem parte das lutas do nosso mandato, assim como o centro de eventos do nosso município de Balneário Camboriú, o segundo acesso a Bombinhas, a Porto Belo, o morro do Encano entre Itapema e Camboriú, o hospital Marieta Konder Bornhausen, em Itajaí, a luta pela nossa saúde, em Camboriú, apesar das dificuldades internas.

Tudo isso faz parte do meu mandato. E hoje, srs. deputados e telespectadores da TVAL, vejo o nosso passo, a nossa caminhada inicial para a grande jornada que todo homem público faz no início do seu mandato, começar a ser contemplado e a nossa caminhada sair do ponto inicial.

Então, para mim é importante, pois são obras emblemáticas, são obras difíceis de serem feitas, obras caras, mas estamos sentindo, sim, interesse por parte do governo do estado.

Então, sr. presidente, srs. deputados, assomo a esta tribuna para agradecer ao governador Raimundo Colombo, ao secretário Cobalchini, às lideranças que se estão empenhando, aos deputados desta Casa já citados, aos prefeitos daquela região, como Rodrigo Bolinha, Jandir Bellini, Luzia Mathias, Paulo Eccel, que diretamente, com todos os seus municípios, acabaram sendo contemplados.

Muito obrigado, sr. presidente!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

(Pausa)

Com a desistência do deputado Sargento Amauri Soares, o próximo horário pertence ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Reno Caramori, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que assiste à TVAL, que ouve a Rádio Alesc Digital, que acompanha os trabalhos desta Casa, funcionários desta Casa.

Regressamos em clima de eleições, se bem que foram poucos municípios em Santa Catarina que tiveram novamente eleições, a exemplo de Criciúma.

Na minha região, tivemos eleições em Campo Erê e Tangará. Mas a eleição mais importante foi a de Tangará, porque em Campo Erê apoiamos o PT com o PMDB; em Criciúma, nem foi eleição, foi um passeio turístico. Mas em Tangará foi uma eleição de grande responsabilidade em que o povo, os amigos da cidade, os homens, as mulheres, a juventude responsável do município, entendeu que realmente a Lei da Ficha Limpa teria que funcionar. Não podemos transferir a responsabilidade!

Em Tangará tivemos a cassação do prefeito, meu amigo, pois a Justiça entendeu que ele estava errado. Não foram os nossos candidatos que disseram que eles estavam errados, que eles ganharam as eleições erroneamente, foi a Justiça. Sendo assim, o juiz marcou uma nova partida que tinha como torcedores os jovens, as mulheres, o nono, a nona, o agricultor, o comerciante, o empresário, o funcionário público, que entenderam que o time formado por Euclides Cruz e Nadir Baú tinha a preferência da torcida.

Realmente os adversários lutaram muito, com muita diplomacia, com ética. Foi uma eleição de alto nível, a não ser por um pequeno incidente em que um representante da Justiça Eleitoral tentou provar que eu, como deputado, não poderia estar presente no pátio de um colégio onde estavam as urnas, mas eu disse que sairia apenas com uma determinação do juiz, o que não ocorreu.

Mas, de resto, correu tudo bem, foi uma eleição muito boa em que os nossos adversários, como outros compa-

nheiros, mantiveram-se dentro de uma ética partidária em que o respeito prevaleceu. E prevaleceu a vontade do povo.

Deputado Valmir Comin, eu tive a oportunidade de participar de várias reuniões feitas na cidade e no interior onde somente se mostrava o programa de governo, e a estratégia foi buscar junto à comunidade as necessidades prioritárias. Realmente foi uma campanha de administradores públicos em que a comunidade mostrou que quer participar da administração, que quer participar com ideias e que quer que haja uma maneira nova de administrar.

Cumprimentamos toda a equipe de Euclides Cruz e Nadir Baú e os vereadores, que já haviam sido eleitos, do PP, do PSDB e do PSD que participaram diuturnamente do processo eleitoral, mas não com menos responsabilidade na primeira eleição. Da mesma maneira prosseguiram agora em busca de votos para que pudéssemos eleger essa dupla.

Tangará queria uma mudança. Respeito a nossa candidata adversária, assim como o seu vice, os seus vereadores, o seu partido, o PMDB, com quem sempre tive bom relacionamento e respeito - e eles também tiveram conosco -, mas assim o povo quis.

Foi uma eleição extraordinária, em que Euclides Cruz e Nadir Baú venceram com uma diferença, num colégio de 6.600 eleitores, de 272 votos. Isso é expressivo. Foi uma eleição atípica, com uma campanha eleitoral de alto nível, mesmo sendo um município pequeno, com 6.700 eleitores, mas mantiveram a hombridade, a personalidade e o respeito entre os partidos.

Por isso, quero cumprimentar o povo de Tangará, desde o mais humilde ao mais categorizado, sem credo, sem partido, sem cor, sem raça. Mas, acima de tudo, a eleição foi pelo bem e para o bem de Tangará. Isso foi realmente o que observamos naquele pequeno município, onde estivemos durante todo o domingo vendo adversários cumprimentando-se e pessoas de todos os partidos mantendo a ética partidária e a coerência. É claro que, às vezes, alguém alterava um pouquinho os ânimos, os mais machucados, mas no geral eu tenho certeza de que a Justiça eleitoral deve se orgulhar da eleição que ocorreu em plena harmonia.

Eu não participei dos festejos porque já havia me ausentado para vir a Florianópolis, mas acompanhei pelo rádio. E tanto quanto a eleição como o pequeno festejo da vitória também transcorreram em nível de respeito e de fidalguia.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, consulto v.exa., deputado Maurício Eskudlark, se fará uso do horário destinado ao PSD.

Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, como já falou aqui o nobre deputado Dado Cherem, ontem estivemos com a presença do governador Raimundo Colombo, do vice-governador Eduardo Pinho Moreira, do secretário Valdir Cobalchini, na autorização de obras para a região do vale do rio Tijucas. Obras importantes, obras de recuperação da malha rodoviária estadual, inclusive da implantação de um posto da Polícia Rodoviária Estadual, no município de Canelinha. É uma obra pleiteada pela comunidade. E lembro-me de que há muitos anos já participamos de reuniões com esse objetivo, principalmente no período em que estávamos à frente da Polícia Civil do estado de Santa Catarina, seguidamente nas audiências públicas, nas Câmaras de Vereadores de Tijucas, Canelinha e São João Batista. Em todos os municípios sempre recebíamos esse pleito, e agora o governo do estado contempla aquela região. Estão de parabéns a região e o governo do estado por essa visão, por esses investimentos.

Também participamos ontem da reunião da Associação Empresarial de Itajaí, sobre segurança pública, com uma palestra do Coronel Altair Derner Filho, comandante regional, que expôs as dificuldades e as condições de trabalho da Polícia Militar. A reunião foi conduzida pela presidente da Associação Comercial, Industrial e Empresarial de Itajaí, Maria Izabel. Tivemos a presença do vereador Osvaldo, presidente da Câmara de Vereadores, dos vereadores Tiago Morastoni, Anna Giovani Félix e José Acácio.

Tínhamos também previsto a presença do vereador Carlos Eli, que não pode chegar até a reunião. Mas também conversamos sobre a questão de segurança no município de Itajaí e claro com a palestra, com a exposição do coronel Altair Derner Filho, sobre as dificuldades, o efetivo, e o trabalho que tem sido realizado.

Há preocupação com o município de Camboriú que apresenta o maior número de homicídios por habitantes do estado de Santa Catarina e dos demais municípios. Itajaí reduziu muito os índices de criminalidade. Enfrentou a questão dos atentados também com muita disposição. E com isso vimos que a região passa a ter um clima mais tranquilo. Há um empenho muito grande. Claro que ainda temos dificuldades. E o governador Raimundo Colombo autorizou concurso para mais 1.500 policiais, o que vai reforçar o nosso efetivo.

Nunca se contratou tanto, se chamou tantos policiais para repor o efetivo. Então, é importante parabenizar a Associação Empresarial de Itajaí pela reunião e discussão dos problemas regionais.

Estavam presentes lá os secretários de Segurança, a Susi Bellini, do município de Itajaí, Joab Bezerra Duarte Filho, do município de Navegantes. Também tivemos a presença do delegado

regional de Itajaí, Rui Garcia dos Santos. Então, a cúpula da segurança da região se mostrou preocupada em dar mais tranquilidade em atender melhor à população.

Falamos muito de várias questões, inclusive dos Consegs, os conselhos de segurança. E vemos em alguns momentos algumas desmotivações. É compreensível, porque a criação dos Consegs teve como objetivo fazer com que a população participe efetivamente das questões da segurança pública, opine e dê suas sugestões. E claro, o cidadão vai à reunião do Conseg empolgado, motivado, sugerindo que se coloque mais uma viatura, mais um policiamento em determinado local, mais uma câmara de vigilância.

Depois acompanhamos a dificuldade que a estrutura da segurança enfrenta, a dificuldade de falta de efetivo, a dificuldade de contratações, a demora das licitações, pois tudo que tem que se fazer no serviço público tem dificuldade. E como se diz, o estado acaba sendo inimigo do estado como um todo, união, estado, município. E daí muitas vezes o cidadão também acaba sentido a dificuldade que os próprios policiais enfrentam, além da questão da impunidade.

Então, a reunião foi muito produtiva. E está de parabéns a Associação Empresarial de Itajaí, que tem feito essas reuniões de forma normal, todas as semanas discutindo assuntos de interesse da comunidade.

Participamos também da reunião da Associação do Bairro das Nações, em Balneário Camboriú, até porque moro no bairro dos Pioneiros, ligado ao bairro das Nações, com os moradores amigos, conhecidos, e os nossos problemas são os mesmos. Tivemos a presença do Dão Koeddermann, secretário do município, do comandante da Polícia Militar, coronel Ronaldo, do delegado Jorge da Polícia Civil, da Vera, presidente da Associação de Moradores, discutindo alguns assuntos positivamente, com o compromisso do coronel Ronaldo no sentido de ampliar o policiamento ostensivo no bairro das Nações, com a presença constante de viaturas, determinando que a partir de hoje as viaturas tenham uma ronda diária por todas as ruas do bairro.

No bairro das Nações temos alguns casos de vítimas de crimes, de roubos, que demonstraram como está a questão da segurança pública e demonstraram eficiência policial, porque os autores dos crimes lá relatados já foram todos presos.

Pena que a lei neste país seja um incentivo à criminalidade, porque esses criminosos, que já eram reincidentes, que deveriam estar nos presídios, estavam ali praticando crimes, foram novamente presos e infelizmente dentro de poucos dias estarão novamente nas ruas.

Então, temos que mudar a legislação federal. Temos que ter uma legislação mais dura. Temos o exemplo de

alguns países, de alguns locais como Nova Iorque que começou com tolerância zero, mantendo na prisão quem pratica qualquer tipo de delito. E hoje Nova Iorque tem o menor número de presos e o menor número de índice de criminalidade. Enquanto que no Brasil aumentamos o número de presos e sentimos o aumento da criminalidade.

Então, o Congresso Nacional, o governo federal, que é quem tem o poder para estabelecer a pena, tem que acordar para essa situação da população brasileira, refém da criminalidade.

O cidadão de bem é que está preso em sua residência, enquanto os marginais ficam pela rua praticando crimes, sendo identificados, sendo presos, mas infelizmente no outro dia sendo liberados.

Recebemos lá também a reivindicação do comando da Polícia Militar, que ontem encerrou a operação veraneio, então o reforço de policiais que nós tínhamos em todo o litoral catarinense agora ficou reduzido.

Voltam os policiais para as suas bases, e o nosso litoral fica com os policiais aqui lotados. O batalhão de Balneário Camboriú precisa urgentemente de mais 40 novos policiais militares.

Nós precisamos que desses novos concursos, e desses cursos de formação que estão em andamento, a região seja atendida. Itapema, Balneário Camboriú, Itajaí, Navegantes, todos sabemos, são regiões que infelizmente têm visto aumentar o índice de criminalidade.

Então, foi muito importante essas duas reuniões, uma na Associação Empresarial de Itajaí e outra no Colégio Presidente Médici, com a Associação dos Moradores do Bairro nas Nações, de Balneário Camboriú.

Mas com esse trabalho, com a definição, com a busca de mais policiais, com a determinação da Polícia Militar no sentido de fazer um policiamento ostensivo mais permanente, com certeza teremos sim a melhora das condições da segurança pública da nossa Balneário Camboriú.

Essa seria a nossa exposição, sr. presidente, das reuniões de ontem. Teria mais a falar, mas o farei numa próxima oportunidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Moacir Sopelsa, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Deputado Padre Pedro Baldissera, v.exa. que preside esta sessão na tarde de hoje, senhores deputados, sras. deputadas, senhoras e senhores, quero cumprimentar também toda a nossa imprensa.

Hoje, vi aqui, deputado Maurício Eskudlark, v.exa. mais uma vez preocupado e falando na segurança do estado.

Outros deputados se pronunciaram sobre a Educação, outros sobre a Saúde, pois são problemas que vivemos no dia a dia da nossa sociedade.

Quero falar hoje sobre as questões ambientais, especificamente sobre a Fatma. E tive a oportunidade, na quinta feira passada, em Concórdia, com o novo presidente da Fatma, Gean Loureiro. Sei que nesses poucos dias de 30 dias a frente da instituição visitou todas, senão todas, mas quase todas as regionais distribuídas, em número de 16, no estado de Santa Catarina. E vimos a vontade de fazer um trabalho que contemple a legislação, um trabalho que obedeça aos critérios de preservarmos e conservarmos o meio ambiente, mas também de não impedirmos e não travarmos o desenvolvimento, deputado Aldo Schneider.

Tenho aqui um documento da Celulose Irani, e quero fazer justiça a essa empresa, que é a maior ou senão uma das maiores na produção de papel em Santa Catarina. Uma empresa orgulho não apenas para os catarinenses, mas para o país, de poder ver dezenas de pedidos de licenciamento, desde licenciamento para poder derrubar, deputado Neodi Saretta, uma árvore seca, que traz risco para uma residência, como licenças para cascalhamento nas propriedades aonde esse cascalhamento serve, para a abertura de estradas, para poder colher o reflorestamento. Essa empresa é uma das maiores reflorestadoras também do estado de Santa Catarina.

Então, existe o empenho e a vontade do nosso novo presidente. E quero fazer justiça ao ex-presidente, que também deve ter feito a parte dele, tentando buscar encaminhamento, indo buscar o meio termo para que se pudesse atender à preservação com a oportunidade do desenvolvimento.

Ao meio-dia estive na bancada do PMDB o presidente atual da Celesc, dr. Cleverson. E nós sabemos quantas redes de energia elétrica temos no interior do nosso estado e principalmente vinculadas ao meio rural, onde a nossa produção agrícola foi tendo ao longo dos anos novos investimentos, com equipamentos diferentes, mas que hoje não conseguem fazer esses equipamentos funcionarem para aumentar sua capacidade de ganho, a sua capacidade de desenvolvimento, porque as redes da Celesc não oferecem as condições necessárias. E muitos dos projetos não acontecem porque a Celesc não consegue o licenciamento da Fatma.

Deputado Volnei Morastoni, vemos as empresas de telecomunicação com instalações de antenas novas. E reclamamos muitas vezes. Fizemos parte de uma região no meio-oeste de Santa Catarina, deputado Neodi Saretta, do Irani a Porto União, descoberta de sinal de telefonia, tanto de telefone fixo quanto de telefonia móvel. E as empresas têm

dificuldade de colocar suas antenas por dificuldade de conseguir um licenciamento junto ao órgão competente ambiental.

Então, temos que começar a nos convencer de que temos consciência disso. Aliás, sou filho de agricultores e sei quanto é importante que a população e os agricultores tenham consciência da preservação principalmente no campo. E não temos a oportunidade de nos desenvolver, porque às vezes pequenos projetos de renovações de licenças, sem que haja mudança nenhuma na propriedade, no estabelecimento, ficam represados sem as condições, sem agilidade, sem a informação e sem a possibilidade de serem aprovados, para que as coisas possam acontecer. O exemplo está nesses que eu citei.

Quero me referir mais uma vez sobre a Celulose Irani, uma empresa que recebeu por diversas vezes o selo de empresa conservadora, empresa exemplo na questão ambiental e que por pequenas coisas é impedida de fazer grandes investimentos que ajudariam o nosso desenvolvimento e, em especial, o do interior e nas regiões de maior dificuldade, as mais pobres.

Tenho certeza de que o governador Raimundo Colombo e o vice-governador Eduardo Pinho Moreira, o presidente da Fatma, com esse novo ritmo de trabalho, com esse conhecimento e com vontade de ir a todas as regiões, buscando oportunidade de colocar mais técnicos dentro da empresa, vamos atender a esses pleitos que são necessários para o nosso desenvolvimento e para que os investimentos possam acontecer.

Não existe, deputada Ana Paula Lima, desenvolvimento sem estradas, sem energia elétrica, mesmo quando o governo federal e do estado trabalhem para sermos um estado 100% de energia elétrica em todas as residências. Nós impedimos que agricultores possam aumentar seu agronegócio por falta de uma licença, não para poluir, não para deixar de cumprir aquilo que se recomenda sobre a questão legal, mas para poder desenvolver a sua propriedade.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Sr. deputado Moacir Sopelsa, v.exa. está falando de algo que em nossos gabinetes também tem várias reivindicações.

É inadmissível que para expandir um negócio, que facilite a vida dos agricultores e das pessoas que moram em grandes centros, a licença ambiental demore tanto.

Eu falo na questão da telefonia, acho que v.exa. mencionou isso. Nós também temos uma relação, já falamos com várias operadoras de telefonia, de pedidos de licença à Fatma para a instalação das antenas, objetivando a abrangência da telefonia móvel e fixa, desde 2009, deputado Moacir Sopelsa. São grandes municípios pedindo, e até

este momento a Fatma não destacou e não liberou essas licenças ambientais.

Então, isso tem prejudicado o desenvolvimento do nosso estado. Isso é um gargalo do governo do estado. Eu acho que o governador tem que verificar essa situação, porque um dos problemas são as licenças ambientais da Fatma. E rogo ao senhor que nós possamos discutir isso, sim, mais amplamente, porque as pessoas estão esperando há muito uma licença ambiental para fazer a expansão da telefonia no estado de Santa Catarina, fora os outros assuntos que não conseguem a liberação da licença ambiental para expandir outros negócios.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima.

Srs. deputados e sras. deputadas, às vezes é muito mais prejudicial ao meio ambiente deixarmos que as coisas aconteçam clandestinamente do que ir buscar com mais vontade, agilidade ou dizer que sim ou não, mas não podemos permitir que um projeto fique três anos ou quatro anos engavetado sem que se dê uma solução.

Então, realmente, é uma questão para discutirmos. E é preciso dar apoio ao presidente da Fatma, porque ela precisa de funcionários. Então, que seja dada a oportunidade e que o serviço possa ser prestado, uma vez que não acontece nada nem na cidade nem no campo sem ter a licença emitida pelo órgão que hoje é o responsável em Santa Catarina, a Fatma.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Obrigado, deputado!

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s.: 0054/2013, 0055/2013 e 0056/2013 de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0057/2013, 0058/2013, 0059/2013, 0060/2013 e 0061/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresche; 0062/2013, de autoria do deputado Jailson Lima, conforme determina o Regimento Interno.

A Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s.: 0089/2013, de autoria do deputado Narcizo Parisotto; 0090/2013, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0091/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0093/2013, 0094/2013, 0095/2013, 0096/2013 e 0097/2013, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 0098/2013, 0099/2013, 0100/2013 e 0101/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0102/2013, 0103/2013 e 0104/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0105/2013, de autoria do deputado Carlos Chiodini; e 0106/2013, de autoria do deputado Maurício Eskudlark.

Requerimento n. 0092/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que solicita ao presidente do Tribunal de Contas a realização de fiscalização e

diligência nas dívidas públicas deixadas pelo ex-prefeito de Blumenau, João Paulo Kleinübing.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0048/2013, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, a ser enviada aos comandantes do Corpo de Bombeiros Militar dos municípios de Pinheiro Preto, Tangará, Videira, Joaçaba, Herval d'Oeste, Fraiburgo, Curitiba e Xanxerê, enviando cumprimentos pelo resgate do menino Victor Henrique Rodrigues, após estar desaparecido no interior do município de Pinheiro Preto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0005/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviado ao secretário da Fazenda, solicitando informações referentes ao valor da dívida pública contratual interna e externa no período de 1950 e 1980.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0006/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviado ao secretário da Fazenda, solicitando informações referentes às empresas que foram beneficiadas com incentivos fiscais através do Prodec, Pró-Emprego e Pró-Cargas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0007/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao governo do estado, solicitando informações sobre o conhecimento do mesmo acerca da operação tapete negro deflagrada pelo Ministério Público, na cidade de Blumenau, que investiga o desvio de recursos públicos na prefeitura, bem como quais informações foram encaminhadas para o Banco Central justificando a

nomeação do sr. João Paulo Kleinübing para ocupar a Presidência do Badesc.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0008/2013, de autoria do deputado Serafim Venzon, a ser enviado ao secretário da Saúde, solicitando informações referentes aos municípios que têm gestão plena, bem como que gestão tem essa secretaria nesses municípios, quais municípios têm credenciamento para a realização de cirurgias de média e alta complexidade, critérios utilizados para o credenciamento e correspondente volume, e como os hospitais repassam os horários aos profissionais que não são funcionários.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Fim das matérias da pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o deputado Kennedy Nunes.

(Pausa)

Na ausência do deputado Kennedy Nunes, com a palavra o deputado Valmir Comin.

(Pausa)

Na ausência do deputado Valmir Comin, com a palavra o deputado Ismael dos Santos.

(Pausa)

Na ausência do deputado Ismael dos Santos, com a palavra o deputado Maurício Eskudlark.

(Pausa)

Na ausência do deputado Maurício Eskudlark, com a palavra o deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente e srs. deputados, assomo à tribuna mais uma vez com uma notícia muito importante para Santa Catarina e os catarinenses.

Tivemos a grata satisfação de acompanhar nos jornais do interior uma notícia importante sobre uma empresa da região, hoje uma empresa internacionalidade, a BRF. A unidade premiada foi a de Videira, e Ouro conquistou a excelência nesse programa.

“A BRF, criada a partir da associação entre Perdigão e Sadia, nasceu como um dos maiores *players* globais, ou seja, maior empresa de produção, reforçando a posição do país como potência no agronegócio”.

Por isso, faço questão de fazer este registro.

(Continua lendo.)

“A BRF atua nos segmentos de carnes (aves, suínos e bovinos), alimentos industrializados (margarinas e massas), e lácteos, com marcas consagradas, como Perdigão, Sadia, Batavo, Elegê e Qualy, entre outras.

Durante o ano de 2012, as unidades produtoras, filiais, unidades logísticas e escritórios da BRF participaram do Programa da Excelência BRF, que tem como princípio a busca de resultados por meio de métodos e padrões consistentes”.

Esta modernidade no setor produtivo é a grande prova que vem surtindo um efeito fantástico.

(Continua lendo.)

“A unidade da BRF de Videira conquistou a classificação ouro no programa, o que, segundo a empresa, evidencia o seu comprometimento e a posiciona entre as melhores unidades produtivas da companhia.

O resultado deve-se ao atendimento das metas e padrões durante o ano passado e será comemorado com distribuição de prêmios aos funcionários”.

Esta premiação não deixa de ser um incentivo para os funcionários.

(Continua lendo.)

“Formada pelas áreas da indústria, agropecuária, rações e proteínas, recursos humanos e administração, a unidade emprega cerca de quatro mil funcionários, e a participação de todos, segundo a BRF, foi determinante para alcançar o resultado.

Só com o grande envolvimento é que conquistamos a excelência brasileira no processo fabril. E isso é muito importante, porque nos posiciona na vanguarda da companhia, explica o diretor agroindustrial da regional de Santa Catarina, Fabrício Delgado.

O programa de qualidade da BRF é dividido em cinco grandes modalidades: manufatura, carnes, logística, vendas, *food services* e serviços.

A iniciativa contou com a participação de aproximadamente 100 mil funcionários de toda a BRF, empenhados em cumprir os padrões e desenvolver pequenos projetos para o dia a dia, a fim de melhorar os resultados e a busca constante pela excelência, dando prêmios para os funcionários.

Como a unidade de Videira obteve o melhor resultado da companhia, os seus cerca de quatro mil funcionários participaram, em abril, do sorteio de vários brindes oferecidos pela BRF. Dentre esses, seis veículos Gol, Zero quilômetro e mais 100 unidades de televisores 42 polegadas e notebooks”.

Então, podemos ver que realmente a empresa valoriza o seu quadro de funcionários que se projetam em benefício da unidade.

(Continua lendo.)

“A gerente industrial, Luciara Peil, avalia a iniciativa como um grande

incentivo e diz: ‘nossos funcionários dedicaram-se para essa conquista, foram comprometidos e mostraram dedicação. Agora é hora de comemorar, retribuir e reforçar nossos compromissos para os próximos anos.’

A divulgação da conquista também será feita em toda comunidade videirense, com ações de comunicação que incluem a veiculação do resultado, em *outdoors* e, no dia da premiação, um desfile pelas ruas da cidade.”

Vejam como é importante uma empresa valorizar os seus funcionários! E nós que conhecemos a Perdigão e a Sadia mais especificamente, que acompanhamos o desempenho dos seus integrados no setor tecnológico e logístico, quer em Concórdia, quer em Videira, sabemos como valorizam seus colaboradores.

Então, o que vale é que o quadro de funcionários dessas empresas, não só o setor de Videira que conquistou essa posição nesse projeto de avaliação, mas também a Perdigão que buscou no passado o pequeno produtor, tanto quanto a Sadia, oferecendo condições de negociar com seu galinheiro, com quatro ou cinco mil aves, e hoje negociam com galinheiros de até 50 mil frangos, e assim também acontece com a suinocultura e a bovinocultura...

Srs. deputados, temos orgulho dessas empresas, deputado Moacir Sopelsa, v.exa. que conhece bem a Sadia, lá da sua terra, que hoje integra esse grupo tão importante. Por isso, solidarizamos-nos com a BRF, setor de Videira, cumprimentando todos seus diretores e funcionários. Tenho grandes amigos na empresa, que há anos vêm exercendo suas atividades dentro da BRF ou da Perdigão, em Videira.

Temos como exemplo famílias nas quais quase todos seus membros exercem atividades dentro da empresa, nos mais diversos setores. Isso é importante para a manutenção da família junto à empresa, que busca cada vez mais incentivar que a família toda trabalhe junto, porque quem trabalha junto permanece unido, tanto na fábrica quanto em casa. Quer dizer, quanto mais membros da família estiverem dentro da empresa em setores diferenciados, maiores benefícios essa família terá.

Parabéns à BRF de Videira!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária para amanhã, no horário regimental.

Está encerrada a presente sessão.

## ATOS DA MESA

### ATO DA MESA DL

#### ATO DA MESA Nº 005-DL, de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 50 do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Kennedy Nunes para ausentar-se do País, no período de 22 a 31 de março do corrente ano, a fim de viajar a São Francisco - Estados Unidos da América.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 13 de março de 2013

Deputado Joares Ponticelli - Presidente  
Deputado Nilson Gonçalves - 2º Secretário  
Deputado Jailson Lima - 4º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

### ATOS DA MESA

#### ATO DA MESA Nº 125, de 13 de março de 2013

Dispõe sobre doação, em caráter excepcional, de bens móveis inservíveis da Assembleia Legislativa ao município de Pescaria Brava.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:**

Art. 1º Ficam doados, em caráter excepcional, ao município de Pescaria Brava, em razão da instalação do referido município, os bens móveis inservíveis da Assembleia Legislativa relacionados no respectivo Termo de Recebimento a ser elaborado pela Gerência de Patrimônio e pela Comissão Legal de Avaliação de Bens Inservíveis.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente  
Deputado Manoel Mota - Secretário  
Deputado Kennedy Nunes - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 126, de 13 de março de 2013

Acrescente o inciso XIV ao art. 8º do Ato da Mesa nº 396, de 2011.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Fica acrescido o inciso XIV ao art. 8º do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, com a seguinte redação:

"Art. 8.....

.....  
XIV - trabalho externo. "

**Art. 5º** Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de março de 2012.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente  
Deputado Kennedy Nunes - Secretário  
Deputado Jailson Lima - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

**ATA DA INSTALAÇÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER, REFERENTE À 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA NA DATA DE 12 DE MARÇO DE 2013.**

Às quinze horas e trinta minutos, do dia doze do mês de março do ano de dois mil e treze, reuniram-se na sala de Imprensa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, as Senhoras Deputadas, *Luciane Carminatti, Dirce Heiderscheidt, Angela Albino(justificativa), e os Senhores Deputados Jorge Teixeira, Gilmar Knaesel e José Milton Scheffer*, para instalação e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais de Amparo à *Família e à Mulher*, conforme determina o Art.123, §1º, do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos pelo *Deputado Gilmar Knaesel*. Dando prosseguimento o *Senhor Presidente* abriu inscrição para o cargo de Presidente e Vice-Presidente, inscritos a *Senhora Deputada Luciane Carminatti* - cargo de Presidente e a *Senhora Deputada Dirce Heiderscheidt* - Vice-Presidente; iniciado o processo de votação, foram eleitas por unanimidade. A posse deu-se em seguida a eleição. Fazendo uso da palavra, a *Senhora Deputada Presidente Luciane Carminatti*, agradeceu aos Deputados e, em seguida convocou os Senhores Deputados nos termos Regimentais para a 1ª Reunião Ordinária, na terça-feira, às onze horas, na sala de Imprensa. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente considerou encerrada a presente reunião, da qual eu.... *Mª de Lourdes Nasário*, Chefe de Secretaria da Comissão, lavei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e demais Membros e posteriormente, encaminhada para publicada no Diário da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Sala de Imprensa, 12 de março de 2013

Deputada Luciane Carminatti - Presidente  
Deputada Dirce Heiderscheidt - Vice-Presidente  
Deputado Jorge Teixeira  
Deputado Gilmar Knaesel  
Deputado José Milton Scheffer

\*\*\* X X X \*\*\*

### ATA DE INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA DA 3ª SESSÃO DA 17ª LEGISLATURA

Às onze horas do dia doze de março do ano de dois mil e treze, reuniram-se na sala de reunião das Comissões, os Senhores Deputados: Dirceu Dresch, Maurício Eskudlark, Edison Andrino, Sargento Amauri Soares e Reno Caramori, para instalação e eleição do Presidente e Vice Presidente, da Comissão em epígrafe. Os trabalhos foram abertos pelo Deputado Reno Caramori, o qual, em obediência ao Regimento Interno, § 1º Art. 123, solicitou aos membros candidatos à Presidente e Vice Presidente, que fizessem suas inscrições visando concorrer aos cargos. Foi apresentada uma indicação com o nome do Senhor Deputado Dirceu Dresch para Presidente, sendo eleito por unanimidade e para Vice Presidente o Deputado Maurício Eskudlark. A posse dos mesmos deu-se em seguida a eleição e fazendo uso da palavra, o Senhor Deputado, DIRCEU DRESCH, agradeceu aos Senhores Deputados Membros e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente comunicou que as reuniões da Comissão, serão realizadas as quartas-feiras alternadas, sempre às onze horas da manhã, na sala de reuniões das Comissões. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente considerou encerrada a presente reunião.

Sala das Comissões, 12 de março de 2013

Deputado Dirceu Dresch  
Deputado Maurício Eskudlark  
Presidente Vice-Presidente  
Deputado Edison Andrino  
Deputado Reno Caramori  
Deputado Sargento Amauri Soares  
Deputado Moacir Sopesla  
Deputado Dóia Guglielmi

\*\*\* X X X \*\*\*

### ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, REFERENTE À 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às quinze horas e trinta minutos do dia doze de março de dois mil e treze, reuniram-se os Senhores Deputados Carlos Chiodini, Maurício Eskudlark, Sargento Amauri Soares, Deputada Ana Paula Lima, Deputado Antônio Aguiar, para instalação e eleição do Presidente e Vice-Presidente da



Comissão de Segurança Pública. Os trabalhos foram abertos pela Deputada Ana Paula Lima, em obediência ao Regimento Interno, que solicitou aos Membros candidatos a Presidente e Vice-Presidente que fizessem suas inscrições visando concorrer aos cargos. Foram apresentados os nomes dos senhores Deputados Mauricio Eskudlark para a Presidência e Carlos Chiodini e Deputada Ana Paula Lima para Vice-Presidência. Colocado os nomes em votação o Deputado Mauricio Eskudlark foi eleito Presidente por unanimidade, como também o Deputado Carlos Chiodini à Vice-Presidência, com a desistência da senhora Deputada Ana Paula Lima. A posse deu-se em seguida a eleição. Fazendo uso da palavra, o senhor Deputado Mauricio Eskudlark agradeceu aos Deputados Membros pela sua eleição. Nada mais havendo a tratar, o Presidente considerou encerrada a reunião, da qual eu, Miguel Antonio Atherino Apóstolo, Chefe de Secretaria da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente da Comissão e membros presentes. Sala de imprensa em doze de março de dois mil e treze.

Deputado Maurício Eskudlark - Presidente  
Deputado Carlos Chiodini - Vice-Presidente  
Deputado Antônio Aguiar  
Deputado Sargento Amauri Soares  
Deputada Ana Paula Lima  
Deputado Marcos Vieira  
Deputado Reno Caramori

\*\*\* X X X \*\*\*

#### **ATA DE INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA**

Às treze e trinta horas do dia treze de março do ano de dois mil e treze, reuniram-se no Plenário da Assembleia Legislativa do Estado Santa Catarina, os Senhores Deputados: Maurício Eskudlark; Silvio Dreveck; Aldo Schneider; Edison Andriano; Neodi Saretta; Gilmar Knaesel e Altair Guidi para instalação e eleição do Presidente e Vice Presidente da Comissão de Relacionamento Institucional, Comunicação, Relações Internacionais e do Mercosul. Os trabalhos foram abertos pelo Deputado Altair Guidi, o qual, em obediência ao Regimento Interno, solicitou aos membros candidatos a Presidente e Vice-Presidente, que fizessem suas inscrições visando concorrer aos cargos. Foi apresentada uma indicação com o nome do Senhor Deputado Altair Guidi para Presidente e do Senhor Deputado Neodi Saretta como Vice-presidente. Sendo eleitos por unanimidade. A posse dos mesmos deu-se em seguida a eleição. Fazendo uso da palavra, o Senhor Deputado Altair Guidi agradeceu aos Deputados Membros pela sua eleição. Dando continuidade o Senhor Presidente convocou os Senhores Deputados nos Termos Regimentais para na terça-feira, dia vinte de março de 2013, às treze horas e trinta minutos, para uma reunião na sala de Imprensa. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente considerou encerrada a presente reunião, da qual, eu, Lígia de Oliveira Stoeterau, Chefe de Comissão lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros e posteriormente encaminhada para publicação no Diário da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Sala de Imprensa, 13 de março de 2013.

Deputado Altair Guidi  
Deputado Silvio Dreveck  
Deputado Maurício Eskudlark  
Deputado Aldo Schneider  
Deputado Edison Andriano  
Deputado Neodi Saretta  
Deputado Gilmar Knaesel

\*\*\* X X X \*\*\*

#### **AVISO DE RESULTADO**

##### **AVISO DE RESULTADO**

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria nº 532/2013, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 002/2013, obteve o seguinte resultado:

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS (DOBRADEIRA DE PAPEL ELÉTRICA, CORTADEIRA DE CARTÕES DE**

#### **VISITA, COLOCADORA DE ESPIRAL ELÉTRICA E PERFURADORA DE PAPEL) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA ALESC**

##### **LOTE ÚNICO -**

Vencedora: MILSUL COM. IMP. EXP. LTDA.

Valor do Último Lance: R\$ 26.000,00

Florianópolis, 13 de março de 2013

HÉLIO ESTEFANO BECKER FILHO

PREGOEIRO

\*\*\* X X X \*\*\*

#### **PORTARIAS**

##### **PORTARIA Nº 794, de 13 de março de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR MARCOS FEY PROBST** para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-68, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Romildo Titon - Florianópolis).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

##### **PORTARIA Nº 795, de 13 de março de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR DINAR PINTO FERREIRA DOS SANTOS** para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-59, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Kennedy Nunes - Joinville).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

##### **PORTARIA Nº 796, de 13 de março de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **LIANE FENGLER**, matrícula nº 5205, do cargo de Assessor de Comissão Permanente, código PL/GAC-59, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 13 de março de 2013 (DL - CC - Comissão de Ética e Decoro Parlamentar).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

##### **PORTARIA Nº 797, de 13 de março de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR LIANE FENGLER**, matrícula nº 5205, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Comissão Permanente, código PL/GAC-59, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 13 de março de 2013 (DL - CC - Comissão de Proteção Civil).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 798, de 13 de março de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0438/2013,

**RESOLVE:**

**ALTERAR** nos assentamentos funcionais, o nome da servidora DORLI FELIPPI MANTOVANI, matrícula nº 1365, fazendo constar como sendo **DORLI FELIPPI**, alteração definida nos termos da certidão exarada pelo Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais - Turvo-SC.

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 799, de 13 de março de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:**

**LOTAR** a servidora **ANGELA MARIA BACK KOERICH**, matrícula nº 2038, na DL - CC - Comissão de Proteção Civil, a contar de 13 de março de 2013.

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 800, de 13 de março de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

**INCLUIR** na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Sergio Samuel Souza Soares	6259	3%	3%	01/01/13	0165/2013
Jocylene Santos Velho	6258	3%	3%	01/01/13	0171/2013
Carla Greco Granato	4349	3%	9%	12/02/13	0208/2013
Rominton Bertollo	5369	3%	6%	01/02/13	0321/2013
Misael Gonçalves Canuto	5177	3%	6%	01/02/13	0322/2013
Tatiana Cristina Bernardo	5183	3%	6%	01/02/13	0324/2013

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 801, de 13 de março de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

**INCLUIR** na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerado na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
LIANE BOTH DE AZEVEDO	5213	3%	6%	01/20/13	0167/13
SIBELLI D'AGOSTINI	4344	3%	9%	12/02/13	0213/13

ADALBERTO OLINGER	JOSE	5216	3%	6%	01/02/13	0214/13
GERALDO BARBOSA	PEREIRA	5278	3%	6%	01/02/13	0247/13
DEBORA SCHMIDT	CHAVES RAIMUNDO	5364	3%	6%	01/02/13	0251/13
LUCITA COTA PEREIRA		5374	3%	6%	01/02/13	0262/13
EVORY PEDRO SCHMITT	CAMARA	3186	3%	12%	22/12/12	0330/13

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 802, de 13 de março de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

**INCLUIR** na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Juliana Cordula Dreher de Andrade	3960	3%	6%	05/02/13	0203/2013
Renata Hazan Napoleão Salles	4347	3%	9%	12/02/13	0209/2013
Eliana Barcelos	4346	3%	9%	12/02/13	0210/2013
Sabrina Roberta Schmitz	4341	3%	9%	12/02/13	0212/2013
Terezinha Rodrigues Gonçalves	2065	3%	30%	06/02/13	0220/2013
Luiz Carlos Rodrigues	5194	3%	6%	01/02/13	0260/2013

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETOS DE LEI****PROJETO DE LEI Nº 036.2/2013**

Dispõe sobre a implantação de bicicletários junto aos prédios em que funcionem órgãos e entidades da Administração Pública Estadual direta e indireta.

Art. 1º Os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, direta e indireta, deverão implantar bicicletários junto aos prédios em que estejam situados.

Parágrafo único. Para fins desta Lei, entende-se por bicicletário o local apropriado para estacionamento e guarda de, no mínimo, vinte bicicletas.

Art. 2º Os bicicletários serão disponibilizados gratuitamente à comunidade.

Parágrafo único. Os órgãos e entidades não serão responsáveis por eventuais danos causados às bicicletas.

Art. 3º As despesas decorrentes da implantação desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor noventa dias após sua publicação.

Sala das Sessões,  
Deputado Nilson Gonçalves

Lido no Expediente  
Sessão de 13/03/13

**JUSTIFICATIVA**

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei em anexo, que dispõe sobre a implantação de bicicletários junto aos prédios em que funcionam órgãos e entidades da administração pública estadual direta e indireta.

O presente projeto de lei tem como objetivo proporcionar locais apropriados para a guarda e conservação de bicicletas a toso os cidadãos que necessitem utilizar os bicicletários.

Este projeto está em consonância com a iniciativa em incentivar a utilização de bicicletas como meio de transporte público, contribuindo para solucionar os problemas com a mobilidade urbana e ao meio ambiente, estimulando a maior inserção da bicicleta como alternativa de transporte.

Também merece destaque o fato que utilizar a bicicleta como meio de transporte é também um meio de exercício aeróbico diário que ajuda na manutenção da saúde.

Nesse sentido, é de suma importância a aprovação desse projeto de lei e para dar continuidade a essas dignas ações de interesse público, faz-se mister o apoio dos nobres Pares para sua efetiva aprovação.

Deputado Nilson Gonçalves

2º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 037.3/2013

Institui o Dia Estadual de Luta pela Educação Infantil no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual de Luta pela Educação Infantil, nos seus mais variados aspectos, a ser comemorado no dia 12 de outubro de cada ano, no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. O Dia Estadual de Luta pela Educação Infantil tem o objetivo de promover, valorizar, divulgar e apoiar ações em defesa de uma educação infantil pública e de qualidade.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputada Ana Paula Lima

Lido no Expediente

Sessão de 13/03/13

#### JUSTIFICATIVA

A educação infantil é a primeira etapa da educação básica, fundamental para o desenvolvimento cognitivo, social e humano das nossas crianças. Etapa determinante no processo de formação da cidadania.

O Brasil possui um atraso histórico em agregar novas políticas nesta área, em função das dificuldades orçamentárias e de financiamento, que vão desde a construção de escolas, até a manutenção e qualificação dos quadros de recursos humanos. Até 2007, o financiamento da educação infantil ficava por conta, exclusivamente, dos municípios. Com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) ampliou-se o aporte de recursos, agregando os governos estadual e federal.

Atualmente, no Brasil, 23% das crianças de zero a cinco anos são atendidas pelos programas públicos de educação infantil. Importante programa do governo federal é o Brasil Carinhoso que, até 2014, deverá investir R\$ 10 bilhões, retirando da extrema pobreza crianças até cinco anos. O programa irá ampliar a oferta de vagas em creches e oferecerá programas de saúde para as crianças e suas famílias. Cabe aos gestores municipais buscar esses recursos, aderindo a esses programas.

Este projeto reforça, ainda, a construção da autonomia das mulheres. Quando se ampliam os espaços de atendimento qualificado para as crianças avançamos nas condições de nos inserirmos no mundo do trabalho, da política e da realização pessoal.

Acreditamos que o primeiro passo para mudar a realidade no Estado é garantir o comprometimento dos gestores públicos com a universalização do atendimento de crianças de quatro e cinco anos de idade até 2016 e a luta pela destinação de 10% do PIB brasileiro para a Educação.

A aprovação do projeto que cria o Dia Estadual de Luta pela Educação Infantil tem a dimensão de garantir o acesso como um direito às crianças catarinenses.

Deputada Ana Paula Lima

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 038.4/2013

Dispõe sobre a avaliação periódica das estruturas físicas das Escolas da Rede Pública Estadual de Ensino e dá outras providências.

Art. 1º As estruturas físicas das escolas da rede pública estadual de ensino serão avaliadas periodicamente, mediante vistoria, realizada a cada 02 (dois) anos, com o objetivo de avaliar e elaborar diretrizes de padrões de infraestrutura a fim de garantir a segurança e melhoria das estruturas dos prédios escolares.

§1º Para vistoria referida no caput, poderá ser constituída comissão multidisciplinar composta precipuamente por engenheiro, profissionais de educação, membro do Conselho Estadual de Educação, membro do sindicato da categoria, dentre outros.

§2º A vistoria poderá ser acompanhada por cidadãos interessados, considerando o interesse público envolvido.

Art. 2º Para efeito dessa Lei, será elaborado cronograma de vistoria pela Secretaria Estado da Educação.

Art. 3º A avaliação estrutural de que trata essa Lei envolverá a verificação de todas as instalações físicas internas e externas, destacando-se o sistema de eletricidade, climatização, hidráulico, equipamentos, muros, quadras esportivas, calhas, telhado, condição de pintura, dentre outros equipamentos existentes nas escolas.

Art. 4º Após a vistoria das escolas, deverá ser elaborado relatório detalhado da situação de cada unidade educacional e suas condições de funcionamento, para subsidiar as diretrizes das reformas a serem executadas.

Parágrafo único. Os relatórios das perícias nas escolas deverá estar disponível no site da Secretaria de Estado da Educação

Art. 5º O disposto nesta Lei aplica-se a todos os estabelecimentos de ensino mantidos pelo Poder Público estadual.

Art. 6º O Chefe do Poder Executivo regulamentará esta Lei, nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição do Estado.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputada Ana Paula Lima

Lido no Expediente

Sessão de 13/03/13

#### JUSTIFICATIVA

São inegáveis os graves problemas de estrutura enfrentados por educadores e educandos nas escolas da rede pública estadual. Nesse início de ano letivo foram inúmeras as denúncias de escolas interditadas, funcionando de forma precária e colocando em risco à vida das nossas crianças e adolescentes.

Verificamos sempre a mesma situação: negligência, ausência de planejamento, abandono e falta de compromisso com a educação. Escolas ficam décadas sem manutenção e reformas. São, infelizmente, inúmeros casos de acidentes e até mesmo de mortes nos estabelecimentos de ensino.

Este projeto visa garantir que o Estado inicie um processo de planejamento e de atenção sistemática na manutenção das escolas. Visa garantir a realização de vistorias periódicas e a realização das obras que garantam a segurança da comunidade escolar.

Deputada Ana Paula Lima

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 039.5/2013

Assegura a oferta de alimentação saudável e adequada aos beneficiários da alimentação fornecida pelo Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

Art. 1º Fica assegurado aos beneficiários da alimentação fornecida pelo Estado de Santa Catarina uma alimentação adequada e saudável, considerada um direito humano básico.

§1º Estão obrigados ao fornecimento da alimentação referida no caput os estabelecimentos de ensino, a saúde, a assistência social, os estabelecimentos penitenciários, os militares, os de cumprimento de medidas sócio-educativas, bem como os de atendimento aos servidores públicos, todos da rede estadual.

§2º Entende-se para efeito desta lei, como alimentação adequada e saudável, a prática alimentar conveniente aos aspectos biológicos e sociais dos indivíduos, de acordo com o ciclo de vida e as necessidades alimentares especiais, considerando e ajustando quando necessário o referencial tradicional local.

Art. 2º O direito de que trata esta Lei será implementado por meio de políticas públicas estratégicas participativas, em conformidade com os princípios da vigilância em saúde nas etapas de produção, comercialização e consumo de alimentos.

Art. 3º São diretrizes da alimentação adequada e saudável:

I - a garantia da segurança e da qualidade dos alimentos e da prestação de serviços;

II - a prevenção e controle dos distúrbios nutricionais e das doenças associadas à alimentação e nutrição, como a desnutrição, a obesidade e outras doenças crônicas não transmissíveis;

III - o controle e a prevenção das deficiências de micronutrientes, especialmente ferro, iodo e vitamina A;

IV - a redução do consumo excessivo de açúcar, sódio, gorduras saturadas e gorduras trans na dieta;

V - o aumento do consumo de frutas, legumes, verduras, sucos, carnes magras, cereais integrais, peixes, leite e derivados, com ênfase na produção agroecológica local ou regional;

VI - a prioridade para as compras de produtos da agricultura familiar e suas agroindústrias;

VII - a valorização de hábitos culturalmente referenciados;

VIII - o estímulo à implantação de boas práticas de manipulação de alimentos nos locais de produção e fornecimento na rede pública estadual;

IX - o estímulo à produção de hortas escolares para a realização de atividades com os alunos e a utilização dos alimentos produzidos na alimentação ofertada na escola;

X - a atenção nutricional a populações específicas, como a indígena, de comunidades quilombolas, com deficiência orgânica e outras em situação de vulnerabilidade; e

XI - a restrição ao comércio e à promoção comercial, no âmbito dos responsáveis pelo fornecimento dos alimentos, de preparações que não atendam às diretrizes estabelecidas nesta Lei;

Art. 4º A oferta de alimentação adequada e saudável será executada de forma articulada às ações intersetoriais, com vista ao desenvolvimento rural sustentável, ao fortalecimento da agricultura familiar, ao acesso universal aos alimentos e ao estímulo da produção e da comercialização de alimentos saudáveis, especialmente aqueles obtidos por meio de práticas agroecológicas.

Art. 5º Os cardápios de alimentação deverão ser elaborados observando os seguintes princípios em relação aos produtos ofertados:

I - a variedade;

II - a qualidade;

III - o equilíbrio;

IV - a moderação;

V - o sabor;

VI - as dimensões de gênero, raça e etnia;

VII - as formas de produção ambientalmente sustentáveis; e

VIII - as normas legais sobre limites dos contaminantes físicos, químicos e biológicos.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei na forma do disposto no art. 71, inciso III, da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputada Ana Paula Lima

*Lido no Expediente*

*Sessão de 13/03/13*

#### JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei que apresentamos tem pelo menos três grandes objetivos: (1) a garantia de fornecimento de alimentos saudáveis que propiciem qualidade de vida e desenvolvimento biopsicosocial de alunos e pessoas, em conformidade com sua faixa etária e estado de saúde; (2) o avanço nas políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar e; (c) a implementação de uma nova cultura de educação alimentar, produzindo benefícios em termos de saúde às crianças e adolescentes da rede escolar pública.

Para alcançar estes objetivos é preciso munir o Estado com um instrumento legal que oriente os processos de compras governamentais de alimentos com diretrizes qualitativas/quantitativas que assegurem a disponibilização de alimentos saudáveis e adequados para todos os usuários de serviços de alimentação públicos.

Neste sentido, um instrumento eficaz é a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perspassa pelo currículo escolar, com abordagem do tema da alimentação e nutrição, bem como o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional.

Precisamos assegurar o alimento saudável, dando prioridade à agricultura familiar e às agroindústrias familiares, à produção agroecológica e aos espaços locais e regionais de comercialização, com vistas ao desenvolvimento regional com sustentabilidade.

\*\*\* X X X \*\*\*

## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 006.1/2013

Altera a Lei Complementar nº 323 de 02 de março de 2006, que "estabelece estrutura de carreira, reestrutura o sistema de remuneração e dispõe sobre o regime disciplinar dos servidores da Secretaria de Estado da Saúde e estabelece outras providências".

Art. 1º a Lei Complementar nº 233, 02 de março de 2006, passa a vigorar acrescida do art. 21-A, com a seguinte redação:

"Art. 21-A. O Servidor que contar doze (12) meses consecutivos, ininterruptos ou não, de exercício de cargo em comissão, função de confiança ou substituições, terá adicionada ao vencimento do seu cargo efetivo, passando a integrá-lo, para todos os efeitos legais, a importância equivalente a 20% (vinte por cento) até o limite de 100% (cem por cento) do valor.

§ 1º. O benefício deste artigo compreenderá o conjunto dos cargos ou funções exercidas no período acompanhado de suas alterações remuneratórias.

§ 2º. Quando mais de um cargo em comissão ou função de confiança tenha sido exercido no período de 12 (doze) meses, o percentual será calculado proporcionalmente, tornando-se por base o período exercido em cada cargo ou função.

§ 3º. Ao servidor que completar 5 (cinco) anos de exercício, fica assegurado que o cálculo do benefício, nas condições deste artigo, terá por base o valor do maior nível conquistado ou que venha a conquistar.

§ 4º. "Fica assegurado ao servidor que tenha exercido cargo em comissão, função de confiança ou substituição, após o advento da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, o benefício previsto neste artigo."

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, 12/03/2013.

Deputado Neodi Saretta

*Lido no Expediente*

*Sessão de 13/03/13*

#### JUSTIFICATIVA

Submetemos a consideração deste parlamento projeto de Lei alterando a Lei Complementar nº 323, de 02 de março de 2006.

O projeto ora proposto visa suprir tratamento indevidamente diferenciado dado aos servidores dos três poderes do Estado de Santa Catarina, distinção essa que não se justifica à luz das garantias constitucionais aplicáveis à espécie.

Com efeito, o art. 3º da Lei nº 6.901, de 05 de dezembro de 1986, alterou o *Caput* e o § 3º do art.90 da lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Santa Catarina), passando a conferir aos servidores que constassem com pelo menos 12 (doze) meses consecutivos, ininterruptos ou não, no exercício de cargo em comissão ou função de confiança, a adição ao vencimento do seu cargo efetivo do valor do cargo em comissão ou da função de confiança, à razão de 20% (vinte por cento) até o limite de 100%. Assegurava, ainda, ao funcionário que completasse 05 (cinco) anos de exercício em função de confiança ou cargo em comissão, o cálculo do benefício tendo por base o valor do maior nível conquistado ou que viesse a conquistar.

O art. 4º da lei Complementar nº 36 de 18 de abril de 1991, entretanto, extinguiu a referida incorporação de vencimento.

Posteriormente, o art. 3º, § 1º, da Lei Complementar nº 43, de 20 de janeiro de 1992, transformou o valor já incorporado pelos servidores na forma do art. 90 da lei nº 6.745/1985 em "vantagem pessoal nominalmente identificável", com cálculo previsto naquele diploma legal.

A Lei Complementar nº 83, de 18 de março de 1993, por seu turno, trouxe nova sistemática de cálculo da vantagem nominalmente identificável.

Nada obstante, a partir de 2010, alguns atos normativos restabeleceram a incorporação de valores auferidos pelo exercício de cargo em comissão ou cargo de confiança aos vencimentos de cargo efetivo em favor dos servidores do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. Neste sentido, dispuseram a Lei nº 15.138/2010 e as leis Complementares nº 496 e 479/2010.

Tal incorporação também é objeto do Projeto de Resolução nº 003/2011, para estender o benefício aos servidores do Poder Legislativo do Estado de Santa Catarina.

Ora, tanto sob o prisma da relevância das funções exercidas pelos servidores do Poder Executivo, como pelas particularidades das atividades que lhes são atribuídas, nada justifica o tratamento diferenciado gerado pelo restabelecimento da incorporação de gratificação supramencionada apenas aos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, sendo inegável a afronta à garantia constitucional da isonomia, que o presente Projeto de Lei busca superar, sobremaneira em relação aos servidores afetos da Secretaria de Estado da Saúde, cujas funções situam-se na Essência da organização política e social do povo Catarinense.

Neste sentido, solicito o apoio dos demais Parlamentares para a aprovação da presente proposição.

Deputado Neodi Saretta

\*\*\* X X X \*\*\*